



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0942/15	DATA: 18/06/2015	
LOCAL: Câmara de Vereadores de Montes Claros - MG	INÍCIO: 14h08min	TÉRMINO: 17h23min	PÁGINAS: 83

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Diretor-Presidente da Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho filho - Hospital Dilson Godinho.
ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.
MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Superintendente do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, Minas Gerais.
MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Testemunha na Operação Desiderato.
ELIANA ALVES FERREIRA VELOSO - Testemunha na Operação Desiderato.
WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Depoente na Operação Desiderato.
MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Depoente na Operação Desiderato.

SUMÁRIO

Reunião destinada à tomada de depoimento de diversas pessoas na condição de convidadas e testemunhas.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara Municipal de Montes Claros, Minas Gerais.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — máfia das órteses e próteses no Brasil.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para fazer as oitivas não realizadas na manhã de hoje.

Nós vamos ouvir o Sr. Dilson de Quadros Godinho; a Sra. Ana Paula de Oliveira Nascimento, Secretária Municipal da Saúde de Montes Claros; o Sr. Maurício Sérgio Sousa e Silva, Superintendente do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros; os médicos Zandonai Miranda e Gerson Miranda; e as testemunhas Maria Elcy Alves da Silva, José Cabral dos Santos, Eliana Alves Ferreira Veloso e Walquíria Souza Lima. Logo depois vamos fazer uma reunião reservada para ouvirmos dois médicos aqui de Montes Claros.

Para dar celeridade aos trabalhos, gostaríamos de chamar o Sr. Dilson de Quadros Godinho, Diretor Presidente do Hospital Dilson Godinho, conforme Requerimento nº 171, de 2015.

Volto a informar aos colegas que a prática que adotamos desde o início para a condução dos nossos trabalhos vai ser mantida. Não vou ler de novo as recomendações, já conhecidas de todos.

Vamos dar 10 minutos para o depoente. Se necessário, prorrogaremos esse tempo.

Logo a seguir passaremos a palavra ao Relator, que fará os seus questionamentos ao nosso convidado.

Depois passaremos a palavra ao conjunto dos Deputados para fazerem interpelações nos termos do convite formulado por esta CPI.

Sr. Dilson de Quadros Godinho, o senhor é Presidente do Hospital Dilson Godinho. O senhor ouviu atentamente as manifestações da manhã de hoje e sabe qual é o objetivo desta CPI; sabe do que nós estamos tratando. O hospital do senhor foi citado, a equipe que está sendo investigada também trabalhava nesse hospital. O senhor ouviu aqui o Delegado da Polícia Federal, o Promotor de Justiça, o



representante do Ministério Público Federal. E o senhor ouviu o Prefeito Municipal acerca dos hospitais daqui.

Eu gostaria que o senhor, em 10 minutos, discorresse sobre a instituição que o senhor preside e por que ela está nesse processo da chamada Operação Desiderato. Queremos a sua contribuição à Comissão Parlamentar de Inquérito, advertindo-o da importância de dizer somente a verdade.

O senhor tem 10 minutos a partir de agora. O tempo está sendo contado. São 14h15min.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar todos na pessoa do Presidente desta CPI, Deputado Geraldo Resende.

O Hospital Dilson Godinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O senhor pode falar próximo ao microfone? Eu gostaria que o pessoal da equipe daqui da Casa o auxiliasse a falar o mais próximo possível do microfone, para que a gravação tenha a nitidez necessária.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Então, reitero o cumprimento a todos na pessoa do Presidente da CPI, Deputado Geraldo Resende.

O Hospital Dilson Godinho é uma instituição sucessora do antigo Hospital São Lucas, que era uma instituição privada. Em 1995 foi criada a fundação que leva o nome do meu pai e eu estou na presidência do hospital. O hospital tem um conselho de administração, presidido por Felicidade Tupinambá. Nós arrendamos o patrimônio para a instituição Fundação Dilson de Quadros Godinho.

Gostaria de frisar que o hospital, a sua direção, o seu conselho e o seu corpo clínico não são coniventes, não somos parceiros e não temos qualquer tipo de benefício direto com relação aos fatos que estão sendo apurados.

Nós nos colocamos e nos colocaremos sempre à disposição das autoridades constituídas, quer sejam federais, estaduais ou municipais, para prestar qualquer tipo de esclarecimento.

Não acreditamos ser a instituição culpada. Também não vamos aqui fazer juízo qualquer que seja. Vamos responder pelos nossos atos enquanto diretor, enquanto membro do corpo clínico da instituição.



Às 5h30min da manhã do dia, se não me engano, 11 de junho, a data eu não me recordo, eu fui chamado ao hospital — às 5h30min! — em razão de uma diligência da Polícia Federal, que queria ver alguns documentos na hemodinâmica do hospital. Conversei com o delegado pelo telefone e disse a ele que eu estava me dirigindo à instituição para prestar qualquer tipo de esclarecimento e acesso. Não que eu estivesse autorizando o acesso dele, não é o caso, ele tem o acesso, mas se ele fosse quebrar alguma porta, alguma coisa ele não iria achar o que ele queria e que nós poderíamos disponibilizar a ele.

Cheguei, fomos a todos os lugares, disponibilizamos tudo. Foram retirados do Hospital Dilson Godinho cinco prontuários do ano de 2012 — nesse ano o médico responsável ainda trabalhava na nossa instituição. E a partir de 2013 ele já não trabalhava mais na instituição, era outro profissional.

Então, o que eu posso dizer é que eu estou aqui à disposição, para prestar aos senhores qualquer esclarecimento. Acho que muito mais importante do que falar é responder às indagações. Mas me coloco à disposição para qualquer esclarecimento. Eu não tenho um fato específico para relatar. Reafirmo que qualquer responsabilidade imputada à instituição ou à minha pessoa eu estou pronto para responder em qualquer tempo, em qualquer instância, sem precisar de nenhum tipo de coação ou qualquer outra coisa. É só solicitar que eu estarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O senhor pode se sentar à mesa. Vamos passar imediatamente aos questionamentos dos Srs. e das Sras. Deputadas.

O Deputado André Fufuca não está presente.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Reitero o nosso cumprimento a todos que estiveram conosco e aos que chegaram agora. Cumprimento o Sr. Dilson Godinho.

O hospital é fundacional, é uma fundação filantrópica. Tem movimentação de cirurgias, as chamadas cirurgias de alta complexidade: cardiologia, ortopedia, neurologia e angiologia? Trabalha com essas quatro especialidades?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Como o depoente se encontra impossibilitado de anotar, ele vai respondendo imediatamente aos questionamentos das Sras. e dos Srs. Deputados.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Sim, o hospital é de alta complexidade para o Sistema Único de Saúde em cardiologia, em oncologia e em nefrologia também.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.k. O senhor faz parte da diretoria administrativa?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Sou o presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Em algum momento a direção técnica, a direção geral desconfiou de qualquer anormalidade, principalmente a partir da denúncia do *Fantástico* e da instalação da CPI, que ganhou repercussão na imprensa nacional...? Em algum momento houve a percepção da direção do hospital de que poderia haver algum tipo de envolvimento na cidade e na própria instituição?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Nós tínhamos consciência e certeza de que poderia haver alguma coisa, sim. Mas não que existisse qualquer conhecimento da nossa parte de que estava sendo lá praticado qualquer ato. Tanto que os cinco casos que foram lá recolhidos dentro da instituição com a nomeação dos profissionais que os fizeram acredito que em tempo hábil nós poderemos ter informação se existe algum fato que a gente tenha que estar. O serviço é do hospital, o controle das próteses é do hospital. Só duas pessoas têm a chave. Então, embora não tivéssemos uma farmácia específica — foi uma das coisas que foi discutida com o Ministério Público a *posteriori*, estão todos os hospitais providenciando —, o serviço é nosso. Então, somos nós que compramos, somos nós que faturamos. E nós temos contrato com fornecedores de órteses e próteses, esses citados hoje nominalmente. São contratos abertos e está à disposição a forma como é feita a negociação: negociação clara, transparente e escrita, nada que, do nosso conhecimento, tenha sido recebido por qualquer funcionário ou diretor da nossa instituição por fora.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O senhor sabe que a tabela do SUS praticamente não dá sobrevivência a ninguém mais hoje em dia. Na grande maioria das vezes há necessidade de uma contratualização, um contrato ou com



procedimentos que estejam fora da tabela do SUS ou que exijam uma tecnologia moderna ou uma tecnologia que tenha um custo maior e faz-se, normalmente, um contrato separado. O hospital tem algum tipo de contratualização para essa alta complexidade com o Município ou com o Estado ou é tudo tabela do SUS, só o que está escrito na tabela do SUS?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Todo paciente que é internado no Hospital Dilson Godinho — quem me conhece, eu nasci lá dentro, então, eu estou lá há 57 anos... Nós não temos nenhum tipo de contrato que não seja com o SUS. A remuneração é do SUS, não recebemos nada, nenhum incentivo por fora, nada disso. Então, nós estamos extremamente tranquilos com relação a isso. Enfrentamos todas as dificuldades da tabela do SUS, mas nem por isso estamos buscando subterfúgio.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Quantos leitos e quantas internações/mês, só para eu ter uma ideia?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Cento e quarenta leitos. Porque, por exemplo, na parte de oncologia nós estamos atendendo pacientes de primeira consulta em torno de 1.200.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.k.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Mas neste momento eu não tenho como lhe dar os números exatos.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.k. Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Mas é um volume considerado em torno de 10 mil atendimentos-mês.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Parabéns, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Dilson Godinho, com todo esse tempo na gestão hospitalar o senhor poderia afirmar que o gestor hospitalar tem condição de identificar a qualquer tempo se um profissional da rede está ou não praticando medicina lesiva?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Quando identificado... Porque todo paciente, ao se internar na instituição, é informado de que



o procedimento dele é pelo Sistema Único de Saúde, que não deve haver nenhum tipo de cobrança por qualquer rubrica. Isso a gente informa, isso está escrito na entrada do hospital. Então, se porventura algum profissional age dessa forma a gente busca sempre adverti-lo, puni-lo, mas não é uma prática corriqueira na instituição.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Mas a pergunta que lhe faço é a seguinte: a direção do hospital é gestora empresarial, embora entenda do sistema de gestão, não obrigatoriamente tem que entender absolutamente nada de medicina. A pergunta que lhe faço é a seguinte: é possível identificar... Por exemplo, no caso das próteses, é possível identificar se um profissional médico dentro da instituição está fazendo algo desnecessário, para auferir propinas?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, não é... A gente está sempre procurando identificar. Mas eu, por exemplo... Eu sou médico.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - O senhor é médico?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Médico. Então, eu conheço... Nós temos, por exemplo, no caso específico da hemodinâmica, não é uma decisão unilateral de cirurgia ou stent, os médicos têm um protocolo a seguir.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Bom, todos nós sabemos que para fazer o equilíbrio das contas do hospital com o atendimento do SUS precisa, seguramente, que, por outros meios, haja outras atividades que sejam lucrativas. Senão você não consegue fazer o equilíbrio das contas. Como vocês não têm convênio com a Prefeitura ou com o Governo do Estado em contratualização...

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, nós temos. Nós somos contratualizados.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Ah, são contratualizados!

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Somos contratualizados.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Foi essa pergunta que você fez, não foi?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Mas é porque eu não entendi. Eu pensei que ele estivesse falando de fornecedores.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não, porque na...



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Todo hospital brasileiro... nós somos contratualizados.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Ah! Está bom.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Eu tenho um contrato...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Então muda completamente porque na contratualização se busca o equilíbrio pela discussão com o contratante, não é? De qualquer sorte, o que nós discutimos aqui antes é que essa fraude só acontece se ela for sistêmica. Não raro os hospitais dizem o seguinte: *“Olha, nós, se temos alguma coisa, é na busca de fazer o equilíbrio financeiro. E aí nós acabamos fazendo isso ou aquilo.”* Nós já encontramos vários desses jeitos em que as entidades são forçadas a buscar outros tipos de faturamento para buscar o equilíbrio. Eu já percebo, porque o senhor nos disse, que essa prática não acontece lá.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É só ver nosso balanço e nosso prejuízo mensal com os preços, o desequilíbrio que é a prestação do serviço pelo SUS.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Só quero concluir dizendo o seguinte: então a citação do seu hospital na CPI é porque um profissional citado trabalhava lá em 2012. É só nessa condição?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Até onde eu tenho conhecimento, são cinco prontuários que foram retirados do hospital em nome de três profissionais, sendo que, por coincidência, desses cinco procedimentos dois foram realizados na máquina do hospital. Como ela apresentou defeito, os outros três foram realizados pelos profissionais na Santa Casa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Boa tarde. Agradeço a sua presença, que para nós é importante. Todos sabemos — principalmente o senhor, que tem conhecimento clínico, por ser médico e por estar dentro da gestão — da importância de haver um sistema no hospital que confira às pessoas com menos conhecimento da área, ao encontrar algum tipo de irregularidade ou supor algum tipo de



irregularidade, algum mecanismo para fazer denúncia, para reclamar. Além desses casos que foram descobertos via investigação e denúncias, o hospital teve, em algum tempo, qualquer tipo de denúncia, qualquer tipo de protocolo advindo de algum paciente ou de algum profissional que lá estava reclamando de atitude suspeita?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Já tivemos, por nossa auditoria, e tomamos todas as medidas cabíveis e com o profissional.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Esse procedimentos foram...

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não nessa área específica que está sendo objeto das apurações da CPI.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Não específica.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não específica.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Especificamente em relação a isso, sobre qualquer tipo de denúncia de cobrança de valores a pacientes ou de cobranças alheias ao Sistema Único de Saúde, nenhum tipo de situação como essa?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Detectada por nós, não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Como determina a lei, deve ser fornecido aos pacientes atendidos pelo SUS o comunicado de que têm todo o direito de ser atendidos sem qualquer tipo de desembolso financeiro. Como os hospitais, atendendo a essa determinação, informam a esses pacientes?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Há uma placa na entrada e um formulário informando que ele está sendo internado pelo Sistema Único de Saúde.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - No caso dessas denúncias, essas pessoas tiveram acesso, vocês têm essa documentação assinada por essas pessoas?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Especificamente em relação aos cinco casos eu não posso afirmar. Acredito que sim, porque é uma prática que se faz ao internar no hospital.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Agradeço, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Passamos a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Boa tarde a todos e a todas. Eu trabalhei no Hospital São Lucas, no CTI — o Hospital São Lucas, à época, era dirigido pelo pai do nosso colega médico, Dilson Júnior —, por isso, conheço bem o Hospital e sei das dificuldades que passou. Inclusive ele próprio falou que o Hospital passou por uma transformação, e hoje a Fundação é sucessora do Hospital.

O Deputado Alceu falou das dificuldades que o Hospital vive e perguntou como o Hospital consegue fazer para funcionar. Ele respondeu que é só olhar os balanços e ver que o Hospital está sempre em dificuldades.

Mas a minha pergunta, Dilson, diz respeito a essas investigações, quando a Polícia Federal foi até o Hospital, retirou dali documentação para que pudesse ser avaliada. Após isso, o Hospital não percebeu nada? A partir daí, foi feito um processo administrativo? Esse processo administrativo — se ele estiver sendo realizado para apurar essas irregularidades — está transcorrendo? E acredito que seria interessante para nós da Comissão termos ciência também de alguma irregularidade apresentada.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, porque esses fatos ocorreram e esses profissionais já não são membros do nosso corpo clínico há 3 anos, 3 ou 4 anos. Então, sabedores disso agora, não nos cabe fazer qualquer tipo de ação com relação aos profissionais. Apenas os casos foram revistos na questão da... Os prontuários estão em poder da Polícia Federal, acredito que quando do retorno dele ou mesmo durante a análise pela Polícia Federal pode surgir algum fato que a gente tenha que dar algum esclarecimento. Mas nós não o fizemos por isso. É praxe, porque todo o paciente ele é auditado pelo Hospital e é auditado pelos gestores.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Nessas auditorias e nessas verificações não foram apontadas pelo Hospital nenhuma irregularidade. Mas, já que a polícia está fazendo essa investigação, quero saber se diz respeito desde 2008.

Eu acho que seria interessante que o Hospital apurasse ainda que esses profissionais não estivessem lá. O mais importante é que pacientes passaram por ali e é necessário que esses pacientes sejam informados de estar ali.



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É. Nós temos todos os prontuários e todas as fitas dos exames específicos na área de angioplastia gravados. São filmes com o nome específico de cada paciente. Para que nós pudéssemos, de fato, fazer uma ação específica, nesse sentido, nós teríamos que fazer exames por amostragem para estar detectando algum problema. Então, eu acho que não é o objeto, mas se for a gente pode disponibilizar e fazê-lo, sem nenhum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Boa tarde. Dilson, você é médico e é diretor do Hospital. Qual é a sua especialidade?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Cirurgia, ginecologia e obstetrícia.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Você trabalha no hospital também? Exerce a sua profissão no hospital?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Eu estou há 2 anos afastado por uma questão de saúde, da medicina.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O Hospital tem 140 leitos. Quantas salas de cirurgias?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Cinco.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Cinco salas.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - E estão mais três prontas para entrar em operação neste ano ainda.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Ficarão oito salas.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Oito.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Oito salas. Quantos cirurgiões operam nesses centros cirúrgicos?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Em torno de 110, em várias especialidades.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Quantos?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Cento e dez.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Cento e dez cirurgiões.



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É. Angiologistas, urologistas, cirurgiões oncológicos, cirurgiões gerais, cirurgia cardíaca, ginecologia, várias especialidades, mastologia.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Em caso das próteses de cardiologia e ortopedia, os médicos que operam exigem o tipo de prótese, a marca da prótese ou o produto? Há essa exigência por parte dos cirurgiões para com o Hospital?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - No nosso caso não, porque os contratos, como eu disse anteriormente, com os fornecedores, são feitos com o Hospital. O profissional não pode falar que ele quer operar com a prótese de A ou B. Ele opera de acordo com o contrato do Hospital.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Qual a forma que o Hospital compra esse material? É por pregão, é por licitação, é por mercado de preço, levantamento de preço? Como é que você faz?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Como tem aqueles fornecedores já determinados?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, em cada área você tem em torno de três fornecedores, e, em algumas áreas, até mais. E com esses fornecedores você tem contrato de comercialização. E no caso, por exemplo, do SUS, você consegue ter um desconto de 5% a 10% em uma prótese. Isso aí é comercial e contratual. Fora isso, nós não temos nenhum outro tipo de benefício.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Se o produto for comprado para operar paciente do SUS tem 5% a 10% de abatimento? É isso que eu entendi?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Você pode informar quais os nomes dessas firmas mais comuns, no caso de próteses ortopédicas e no caso da cardiologia?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - No caso da cardiologia, as citadas aqui, que são as maiores fornecedoras no País inteiro, que é a Medtronic, a Biotronik, a Signus, a Boston. São todas. Eu não tenho contrato de exclusividade com nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - A que chegar e oferecer o melhor preço...



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, não é nem questão de melhor preço. O desconto normalmente é igual, é comercial. É o contrato, nesse caso, que oferece...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - E na ortopédica?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Da mesma forma. Na ortopedia você tem o contrato que no SUS varia de 5% a 10%, e para convênios você tem um ganho até de 15%.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Nessa compra você nunca observou alguma oferecendo superfaturamento, algum benefício para o Hospital, além dos descontos de 5% a 10% para o Hospital?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, não. Eu posso dar um exemplo para o senhor da seguinte forma: vamos supor que eu tenha... É um exemplo simples. Então, eu preciso comprar um aparelho, um respirador, por exemplo, um aparelho que custa 60 mil reais. Num determinado número de próteses colocadas, eu posso ter o desconto que perfaz esse aparelho, o aparelho para usar, para prestar serviço. Nada mais do que a coisa clara, transparente, como qualquer desconto que possa ter em outros tipos de negócio.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Como é que você faz essa cobrança à Prefeitura? É através do procedimento da AIH ou com a nota fiscal?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - A AIH. E as próteses, até abrindo um parêntese aqui, há cessão de crédito que os hospitais dão para que o Município possa pagar direto o fornecedor. Então, quando o Hospital assina com uma determinada firma, ele pode pagar à empresa diretamente. Então, nós damos aquele crédito para que o Município pague diretamente o fornecedor. O dinheiro não vem para o nosso caixa para pagar o fornecedor. É descontado... Antes de nos pagar o procedimento pela AIH, desconta-se a prótese, como o SUS faz quando empresta o dinheiro para o Hospital. Ele empresta um valor na Caixa Econômica Federal... O Hospital pega um recurso na Caixa Econômica Federal, que vai ser abatido, que é o chamado crédito consignado, que é o PROSUS, e nós autorizamos o Município a descontar aquela prestação da Caixa e depois repassar o restante para o Hospital.



O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu não entendi. Só para terminar. Quem é que compra a prótese? É a Prefeitura ou o Hospital?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - O Hospital.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O Hospital que compra?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - O Hospital que compra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Adelmo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Boa tarde, Dr. Dilson. V.Sa. colocou que o balanço do Hospital é negativo em relação à prestação dos serviços aos SUS?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É, tem sido negativo porque nós fizemos uma opção, a partir do ano de 2008, de estar praticamente trabalhando com 95% de atendimento do SUS. E nós todos sabemos no Brasil que hoje a remuneração pelo serviço prestado pelo SUS... O SUS... De cada 100 reais gastos pelas instituições, o SUS remunera, no máximo, 40% a 65%.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - As próteses adquiridas têm um valor definido pelo SUS até a implantação delas.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Qual é o valor em relação ao que V.Sa. compra da indústria e o que o SUS paga após o implante?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Vamos supor... Em um stent que custa, se não me engano, 2 mil e 30 reais, você tem um desconto, e nessa nota você recebe duzentos e poucos reais, que seria 10%.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Qual é o valor que o SUS estabelece para o preço do stent?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Dois mil e trinta.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Dois mil e trinta. E qual é o custo do stent na compra no comércio?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É esse valor de 2 mil e 30. Aí você tem como se fosse um desconto de 10%. Remunera-se o prestador... A gente recebe esse bônus de 200 reais.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Existe no mercado stent com valor de 700 reais, 800 reais, 900 reais, mil reais?



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Especificamente, eu acho que não.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O senhor nunca comprou stent por esse valor?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não, desse valor, não. Os stents são pagos pelo Sistema Único de Saúde no valor específico.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - São pagos para... Eu quero saber a indústria. No momento em que V.Sa. compra...

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Recebe 2 mil e 30 reais.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - As informações que nós temos mostram uma distinção entre o valor desse produto industrial no comércio e o valor pago pelo SUS, dando uma diferença, muitas vezes, de 300%, 400% e até 500%, o que não é o seu caso. Portanto, há uma diferença muito grande em relação a outros compradores.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - O contrato que a gente tem... Nos contratos, por exemplo, de marca-passo, stents, a gente tem um desconto na nota de 5% a 10%. Esse é o nosso contrato, que está à disposição.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Dos médicos que foram chamados, ou presos, ou convocados pela Polícia Federal a prestar depoimentos, tem algum deles que trabalha ou que trabalhou no Hospital?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Todos os três trabalharam.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Trabalharam?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Trabalharam.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - E trabalham atualmente?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eles deixaram de trabalhar por qual razão?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Por questão pessoal. Eles deixaram de trabalhar porque o Hospital estava passando por dificuldades e eles preferiram buscar outro serviço.



O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Nas auditorias feitas por V.Sa. no Hospital, em relação às práticas desses médicos, identificou-se alguma irregularidade?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Nunca recebemos nenhum tipo de denúncia nesse sentido de que lá dentro estava havendo algum tipo de problema.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Já receberam denúncia de algum paciente que foi tratado no seu Hospital e que eventualmente tenha sido cobrado um extra?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Em todos os casos que chegaram ao nosso conhecimento nós tomamos atitude. No caso específico da cardiologia, nenhum. Falo da hemodinâmica, dessa prótese específica.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Tem alguma ação, em relação ao seu Hospital, de denúncia ou de ocorrência feita por paciente, Prefeitura, Polícia Federal, pelo Ministério ou pela Secretaria de Estado?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Não há nenhuma ação de irregularidade.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Que eu tenha conhecimento, não. Eu só sei que eu recebi... Quer dizer, foi feita uma apreensão de cinco prontuários na instituição, e eu acompanhei o delegado no cumprimento desse mandado.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - A relação contratual entre a Prefeitura, o Ministério e a Secretaria de Estado de Saúde com o seu Hospital está em dia, está correta? Não há nenhuma contestação em relação a essas contratações?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Eu não... Se o senhor me permite, eu não gostaria nem de entrar nessa ação específica. O nosso contrato acabou no dia 2 de junho, findou o contrato, e os hospitais de Montes Claros, por mais que todas as partes, o Município, o Estado e o Governo Federal tenham tentado que esse contrato fosse assinado, ainda estamos em um momento... Este



mês nós estamos atendendo com a liminar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, enquanto se avançam as negociações para que cheguem a um bom sentido. Então, nós tivemos contrato vigente até o dia 2 de junho de 2015.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu vou fazer um questionamento ao senhor, mesmo porque nós temos pouco tempo. Eu sou médico também e sou ginecologista obstetra. Então, na nossa área, a única prótese que a gente usa, que a gente pode dizer, é o DIU, e ele, parece-me, não é muito convidativo. Parece que é muito pequeno para as pessoas procurarem superfaturar a sua venda.

Mas eu gostaria de perguntar: o senhor disse que nasceu no Hospital, vive no Hospital há 57 anos.

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, eu gostaria de perguntar para o senhor: esses três colegas médicos que foram envolvidos nessa operação, foram do corpo clínico do Hospital. O senhor deve conhecer bem esse Hospital, todos os caminhos do Hospital e todos os cantinhos do Hospital.

Eu vi muito *en passant*, ou seja, muito rápido, os depoimentos de alguns desses médicos, inclusive de um médico que diz taxativamente que foi convidado para vir de Brasília para cá, para fazer parte do corpo clínico, na Hemodinâmica do Hospital. E, ao chegar, ele sentiu que os colegas que estavam lá anteriormente, os médicos que estavam lá, saíram e foram para outra instituição. Mas que havia no almoxarifado os stents que eram do SUS e os stents que eram “nossos” — escrito “nossos”.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor — eu sei que essas instituições se apoderam, principalmente esses grupos que negociam, às vezes, eles se apoderam de um pedaço do Hospital e eles é que contratam servidores, eles têm todas as secretarias e, às vezes, eles também têm os equipamentos deles dentro de um Hospital —: o senhor tinha conhecimento de que existiam esses dois tipos de materiais lá, os stents que eram do SUS e os stents que eram tidos como donos os próprios colegas médicos?



O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - É... Desconheço e, com a permissão do senhor, eu acho que lá não tem essa distinção, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Como?

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Eu desconheço, e acredito que, no setor de Hemodinâmica do Dilson Godinho, do nosso conhecimento, com os nossos funcionários, não tem essa divisão de nossos e deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Estou falando à época, antes...

O SR. DILSON DE QUADROS GODINHO FILHO - Não. Continuo dizendo o seguinte: lá... É o que eu falo, se tiver alguma coisa que tenha... Não é do nosso conhecimento, não acredito na participação dos nossos funcionários, são pessoas de extrema confiança, o controle é feito. Então, eu acho muito difícil. Mas, repito, estou à disposição, aumentamos mais ainda o controle, o aparelho é do Hospital e as compras são realizadas pelo Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós queremos lhe agradecer, Dr. Dilson de Quadros Godinho, pela contribuição.

Chamamos aqui a Dra. Ana Paula de Oliveira Nascimento, Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros, conforme Requerimento nº 166, de 2015. A Dra. Ana Paula de Oliveira é Enfermeira e é Secretária Municipal de Saúde.

Para a gente dar celeridade ao trabalho, eu gostaria, Ana Paula, já que V.Sa. foi chamada para fazer depoimento, eu gostaria de perguntar se a senhora tem alguma coisa a acrescentar à fala do Prefeito, uma vez que o Prefeito já discorreu sobre o assunto da CPI na sua quase totalidade, já deu a versão do Município acerca dos assuntos atinentes à Operação Desiderato.

E eu gostaria, até para não me tornar repetitivo, que a senhora falasse, se tiver alguma contribuição. Se não tiver — inclusive eu já conversei com o Relator e com os demais membros —, a gente dispensa a senhora da oitiva.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - O.k. Eu queria dar dois esclarecimentos para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bom. Por favor, esteja à vontade.



A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - O.k. Primeiro, eu queria colocar para vocês que nós temos um regimento de acompanhamento das Autorizações de Internação Hospitalar, que são as AIHs, que neste momento estão sendo julgadas, e que a gente segue os critérios que são estabelecidos pelo nosso Estado, onde nós utilizamos um sistema chamado SUS Fácil.

Esse sistema é estabelecido como uma forma de regulação de todos os procedimentos que são realizados intra-hospitalar.

E, nessa medida, nós temos um fluxo organizado nesse serviço no sentido que é referenciado, inclusive praticado e orientado pelo plano operacional de auditoria do serviço de regulação de internação hospitalar. E nós temos um médico que é autorizador do procedimento, que recebe, através da AIH, da documentação onde foi solicitada a prática daquele procedimento, e ele faz uma avaliação técnico-científica em cima daquilo que foi descrito como diagnóstico pelo médico solicitante. Nessa medida é que ele vai aprovar ou não, para que o procedimento ocorra. Então, essa é a primeira fase da realização do procedimento.

Na sequência, tem-se o acompanhamento no pós-realização desse procedimento, que é o quê? É o prontuário que fica inclusive na responsabilidade dos hospitais. Então, os nossos revisores vão até o hospital e fazem a revisão desse prontuário, à medida que eles fazem a avaliação de que tenha que existir a folha de sala, a foto da imagem desse procedimento e também o lote da OPME utilizada.

Daí foi feita primeiro a autorização e, na sequência, a revisão desse procedimento, e, é a partir daí que acontece, então, a emissão da nota de ordem de pagamento para esse procedimento. Então, o nosso serviço presta, sim, esse acompanhamento, inclusive o médico que autoriza é diferente do médico revisor, justamente para a gente ter esse critério de acompanhamento na avaliação.

Esse é um item que eu gostaria de esclarecer que foi questionado aqui mais cedo. E a outra situação é que nós também, enquanto gestão, montamos aqui uma comissão de acompanhamento das ordens judiciais, com portaria e regulamentação, aqui no nosso Município, onde nós temos uma equipe multidisciplinar da nossa gestão em saúde, com a participação inclusive da nossa promotoria de saúde e da defensoria pública também.



Nós acreditamos que foi um avanço muito grande, porque, à medida que nós íamos recebendo as ordens judiciais, e a gente aproximava do Judiciário para explicar cientificamente todas as situações, as solicitações que a gente recebia, e mostrava para eles que muitas vezes conseguiríamos compensar com procedimentos que eram praticados no SUS, nós conseguimos assim, então, diminuir a nossa taxa de ordem judicial praticada em nosso Município.

Eram esses os dois esclarecimentos neste momento. Estou à disposição para perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu passo a palavra ao Relator, Deputado André Fufuca. *(Pausa.)* S.Exa. não quer fazer nenhum questionamento.

Pergunto se algum Deputado quer fazer algum questionamento.

Com a palavra o Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Ana Paula, esse serviço de supervisão médica da Secretaria de Saúde foi instituído agora ou esse serviço já se faz há tempo?

Ela responde agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora pode responder, já que vão ser poucos a indagá-la. A senhora pode responder, tão logo ele faça as perguntas.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - O.k. Não. Ele já é instituído há muitos anos. A gestão plena em Montes Claros já tem, em média, 16 anos que acontece aqui e, tradicionalmente, esse serviço foi organizado em outras gestões, e nós temos médicos revisores e autorizadores inclusive nas especialidades, médicos que têm o conhecimento profundo das áreas.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Isso gera, então, a minha segunda pergunta.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Se há todo esse controle por parte da Secretaria de Saúde, com médico supervisor, revisor de papeleta, conferência da aplicação da prótese ou não, qual é a sua explicação sobre a fala do Prefeito desse desvio de milhões de dinheiro que houve aqui no Município até agora, há pouco



tempo? Esse controle não foi eficiente? O que aconteceu de diferente na fala do Prefeito para você, Secretária de Saúde, sobre o que o Prefeito denunciou e o trabalho da Secretaria de Saúde na supervisão e na auditoria desses prontuários desses hospitais?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Então, na nossa fala, eu não estou divergindo dele, não. O aspecto é que ele coloca um valor global de vários anos que foi avaliado e, na medida dessa revisão de prontuário, que inclusive nós entendemos que nós, enquanto gestão, a gente tem que avançar, nós fazemos a avaliação documental. E, nessa medida da avaliação documental, foi aferido que nessas fraudes havia, por exemplo, burlar laudos falando que aquele paciente teria necessidade e, na verdade, ele não teria. Esse paciente entrava para a sala operatória, sala de cirurgia, e esse procedimento não era realizado. Então, são situações que a gente não teria como aferir, a não ser que você acompanhasse o passo a passo daquele paciente durante aquele período de internação. Isso é completamente inviável num sistema em que existe uma rotatividade de pacientes internados continuamente.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Você, então, como Secretária, confirma tudo aquilo que falou o Dilson, Diretor do Hospital, que não existe corrupção, que não existe nada dentro do hospital dele? A sua auditoria junto ao hospital é 100% ou você discorda do que ele falou em algum ponto?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Eu não posso de forma alguma afirmar... Confirmar ou “desafirmar” a fala dele. Eu posso é falar para vocês que o acompanhamento entre autorização de AIH e revisão acontece, que os hospitais emitem para a gente a nota, para que a gente faça o pagamento. Nós temos como contrato a instituição, não é o médico. Nós fazemos o contrato é com o CNPJ, é com a pessoa jurídica, e, nessa medida, nós fazemos, então, a execução do pagamento desses procedimentos. Essa avaliação interna é uma avaliação que ele pode ter feito através de uma medida de uma auditoria interna, mas nossa relação, enquanto gestor e prestador, é acompanhada através de uma regulação médica, jurídica e administrativa.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Esse valor de dois mil e poucos reais que ele falou, você não acha que é caro? Em alguns outros hospitais, a tabela que nos foi



apresentada para o stent, com exceção do farmacológico, a tabela era em torno de 500 a 700 reais. Você não acha que o valor desses stents que ele falou de dois mil e poucos reais não é um valor superfaturado?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Não. Esse valor que ele tratou aqui de 2 mil e 30 reais é o valor pago pela tabela SUS. Nós executamos esse pagamento para ele. Por quanto que ele compra do prestador, eu não sei te falar, do fornecedor dele. Mas esse é o valor hoje que é pago pela tabela. Inclusive, houve, em novembro de 2014, a ampliação na tabela SUS para que o stent farmacológico também seja fornecido pelo SUS. Porém, por esse mesmo valor desse stent que é mil e 30. Então, esse é o valor que o SUS paga por esse OPME.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Entendi. Eu fui Secretário de Saúde no meu Município e havia esse mesmo setor de supervisão médica. Eu tive que afastar um supervisor porque ele era conivente com algumas situações ilícitas praticadas pelo hospital. Você acha que algum supervisor seu não era coparticipante ou omisso no seu trabalho junto a esses hospitais aqui em Montes Claros?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Eu tenho acompanhado essa equipe e, assim, inclusive visto glosar procedimentos que nós conseguimos avaliar e ver que realmente não era prudente, de ter situações de discutir com a equipe dos hospitais nessa situação de glosar procedimentos. Então, eu acredito que a nossa equipe tem o compromisso, sim, com o que está fazendo e que nós temos aí uma relação de confiança nessa medida. Nós temos inclusive como levantar para vocês esses procedimentos que já foram glosados.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Satisfeito. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado Dr. João.

Deputado Adelmo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu acho que eu vou repetir a pergunta do Dr. João, mas eu quero insistir nela. Se há uma constatação do Governo local de que há fraudes, e há numa grande escala, se é o Governo local que tem gestão plena, e vocês têm essa constatação, onde está a falha, Dra. Ana? E o que é a proposta de correção dela do ponto de vista da ação da gestão plena do Município? Quer que eu faça as outras perguntas ou quer uma de cada vez?



A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Posso responder, se for...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu vou fazer todas, porque fica mais simples, e nós vamos mais rápido. Há alguma ação de cobrança, de denúncia, ação judicial, ação da Polícia Federal cobrando ou acionando a Prefeitura por alguma falha de gestão? Essa é outra pergunta.

Nós tivemos ontem um depoimento muito interessante de um vendedor, de um representante de firmas nacionais e internacionais que vendem stents, os comuns e os farmacológicos, mostrando a distinção de preços entre eles muito significativa. O SUS paga aqui o mesmo valor para os stents, o comum e o farmacológico? Você tem noção de qual é o preço industrial do stent hoje? A informação dele diverge da informação que nós estamos recebendo aqui, diverge de maneira muito significativa, o que nos leva depois a fazer questionamentos para a própria CPI para investigar isso.

Então, essas são as perguntas. Se a senhora tem conhecimento do valor dos stents, se a Prefeitura fosse comprá-los, seria diretamente ou através do SUS ou outros locais, se em todos os hospitais com os quais vocês acertam, pagam em função do valor estipulado pelo SUS, e, eventualmente, que conhecimento vocês têm do produto, do valor industrial, comercial desses produtos que estão comercializados.

E a última pergunta é se dentro desse procedimento que vocês fazem há materiais especiais, no caso de medicamentos especificamente antitumorais — estilo tratamento antitumoral, tratamento da hepatite C, segundo informações, não custa barato. Qual é o produto? O que vocês pagam hoje aqui para esse tratamento aqui em Montes Claros? São essas perguntas, eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado, Deputado Adelmo.

Passo a palavra à Sra. Ana Paula de Oliveira, para responder em 3 minutos.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Primeiro, quero esclarecer que é com muita tranquilidade que nós trabalhamos. Esta equipe está recebendo vocês aqui neste compromisso. Eu acho que recebê-los foi um avanço. Isso foi para a gente como conseguir tratar o que nós temos apurado aqui de forma



real, nós não nos omitimos sobre aquilo que a gente veio a perceber que estava acontecendo. Então, Montes Claros, como já participou da história da construção, eu imagino que é um divisor de águas, agora, também avança nessa perspectiva de fazer um SUS seguro, diferente. Além de discutirmos o financiamento aqui, nós queremos também que a população possa usar desse serviço na medida em que ela se sinta segura, que ela se sinta realmente acolhida por um sistema grandioso, como é esse, que o Brasil tem que ter orgulho de falar que possui. Então, nessa medida, nós entendemos que a nossa gestão está, sim, fazendo valer o papel dela no sentido de acompanhar tudo aquilo que a gente vem tendo apurado. Numa situação que o senhor me falou, como, por exemplo, de cobrança de algo que aconteceu, nós recebemos recentemente inclusive, pelo Ministério da Saúde, que nós apurássemos cobranças de AIH de pacientes em óbito, mas que a AIH ainda estava em aberto, o que aconteceu no ano de 2009. Essa também foi uma ação que nós estamos lá auditando, buscando todos esses prontuários antigos, para que a gente dê respostas ao Ministério. Então, nossa equipe tem trabalhado a questão da auditoria fortemente aqui, para que a gente contribua inclusive com a sustentabilidade do SUS. Nós esperamos que todo esse recurso que foi retirado — isso significa desassistência, outras pessoas poderiam ter sido assistidas com esses valores — que ele possa voltar para onde eles têm que voltar, sim, que é para o Sistema Único, para que possamos atender às pessoas que realmente precisam. Isso é importante, que consigamos chegar a esse desfecho, em que esses recursos voltem para onde eles devidamente têm que estar.

Foram muitas perguntas ao mesmo tempo. Faltou responder a alguma?

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sobrepreço dos stents.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Sim. Então, uma das propostas que nós temos aqui é que possamos fazer a compra dessas órteses e próteses mais caras, para que nós, enquanto Município, possamos fazer o fornecimento. É um avanço que pretendemos com os nossos prestadores, para que a gestão pública comece a fazer esse fornecimento. Assim, nós vamos poder comprar através de processos licitatórios, em que nós teremos que fazer os orçamentos e comprar com preços mais justos, por conta também do volume que temos que comprar. Isso nós vamos fazer na medida de uma série histórica, que



teremos que trabalhar, de anos anteriores em que foram realizados os procedimentos, a fim de avançar um pouco mais no controle sobre OPM, que, no caso, realmente, está suscitando tantos problemas.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você reconhece se há falhas?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Na gestão municipal?

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - A senhora reconhece que há falhas... Na realidade, a pergunta é repetida: se há o reconhecimento do Município e da Prefeitura de que há fraude da ordem de 20% em determinados procedimentos; se vocês têm um sistema de controle bastante amplo. Mesmo assim, há o reconhecimento hoje de que há falhas. Qual é a sua avaliação do ponto de vista... Qual é o gargalo? O que vocês precisam? O que vocês podem e devem, mas não estão fazendo, ou eventualmente o que vocês precisam do efeito de colaboração, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, para que isso seja barrado? Qual é a falha?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Então, nós estamos trabalhando justamente para poder vencer as falhas. Quando eu falo com vocês, por exemplo, que nós nomeamos uma comissão permanente, que hoje tem fala direta com o Judiciário, é, por exemplo, para fomentar um juiz, na hora em que ele tem apenas um documento com uma decisão de um médico. Esse médico, inclusive, movimenta esse paciente em situações de pânico. E o juiz, mediante aquele documento, diz assim: *“Se você não fizer esse procedimento em 48 horas,”* — por exemplo — *“você pode ser preso”*.

Nessa medida, entendemos que o Judiciário não tinha conhecimento assistencial suficiente. Aí nós criamos comissões importantes para avançarmos nesse diálogo. Essa é uma falha que percebemos, e temos tido resultados positivos inclusive na queda da quantidade de ordem judicial que nós recebíamos aqui em nosso Município. Eu acho que isso foi muito importante.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Essa é uma questão metodológica, mas eu estou perguntando exatamente “na fraude”. O Prefeito veio aqui e disse que, a cada cinco operações, há uma fraude. Vocês têm todo esse aparato de controle, no entanto houve a confissão do Prefeito de que há uma fraude



em cinco. Portanto, o aparato que vocês têm hoje não está sendo suficiente para impedir a continuidade dessas fraudes. Eu lhe pergunto se vocês já discutiram, enquanto gestores plenos: o que fazer; onde está o gargalo para enfrentar a não colocação de um stent; a colocação exagerada de stents; o superfaturamento em diferentes ações que justifiquem ou que estão causando essa grave situação de fraude e de corrupção aqui no sistema.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Então, essa é uma discussão muito ampla, que temos feito na nossa equipe, no sentido de que, quando se trabalha a questão assistencial...

A Medicina é muito empírica e, ao mesmo tempo, individual. Nós sabemos que, dependendo do ângulo que se tira a imagem de uma lesão, ela pode determinar ou não um procedimento. Nessa medida de ter essas dificuldades, nós pensamos com a nossa equipe na proposta de criarmos uma revisão em que possamos ter contato com o paciente no pós-operatório. Seria uma perícia.

Não é fácil montar esse processo por quê? Primeiro, porque nós somos polo de 86 Municípios. Então, em muitas situações, esse paciente atendido aqui é de outro Município. Não é fácil ele voltar para fazer essa perícia, tem que se criar uma logística. Mas é uma das situações que nós imaginamos que pode avançar, para que minimizemos esse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Obrigado, Secretária de Saúde, Sra. Ana Paula de Oliveira, que já respondeu o questionamento que eu iria fazer: sobre a sede de polo, sobre Montes Claros ser referência de 86 Municípios.

A senhora deixou claro que está fazendo revisões, que está construindo equipe. Constata que existe mesmo aquilo que o Prefeito diz: existem várias irregularidades. Eu queria que a senhora respondesse sucintamente, sem muita digressão: por que se aventou a possibilidade de Montes Claros perder a gestão plena? Quase houve a chamada intervenção branca. Uma pessoa que está na Secretaria Estadual de Saúde e, inclusive, há pouco tempo, estava dentro do Ministério da Saúde, era o responsável pela SAS... O Prefeito disse há pouco que quase houve uma espécie de intervenção branca. A senhora corrobora a palavra do Prefeito — é lógico; a senhora é de cargo de confiança — de que o Município



encontra-se em gestão plena, de fato, até hoje? Nós tivemos a informação de que o Município havia perdido a gestão plena. Qual é, de fato, a gestão que o Município hoje tem dentro do Sistema Único de Saúde?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Nós somos gestão plena, sim. Isso se deu pelo fato de nós termos aberto um chamamento público, já que os nossos contratos vigentes eram até o mês de dezembro de 2014. Para o credenciamento de todos os hospitais, foi feito, então, através do processo licitatório, um chamamento público. Nesse chamamento, nós dissemos no nosso edital que nós estaríamos comprando as nossas AIHs pelo valor médio da PPI, estabelecido pelo Estado aqui em Montes Claros, que é o valor de 880 reais, a média. Nessa situação, dois hospitais, aqui na nossa cidade, já praticavam a AIH no valor de 1.020 reais. Essa diferença, nos anos anteriores, não foi complementada; ela foi consumida pelo próprio teto MAC, pelos recursos aqui utilizados no Sistema Único de Saúde. Então, se lá na PPI se previam 500 procedimentos para serem feitos com 800 reais, se eu pagasse um valor maior, eu não conseguiria atingir essa meta física dos 500. Não era assim? Então, nossa população estava ficando prejudicada.

Além disso, como a nossa atenção assistencial hospitalar é muito buscada por todos os Municípios, o atendimento dos hospitais era maior do que isso, e ia se gerando uma extrapolação de teto. O hospital produzia, em algumas áreas, atendimento maior do que aquele previsto dentro do contrato. Para isso, o Estado tem um serviço chamado Câmara Técnica, que é uma câmara em que se tem um depósito de recurso para pagar essas extrapolações. Durante o ano de 2014, nós apresentamos e nós não estávamos conseguindo receber esses valores de extrapolação de teto. Então, nessa medida, no chamamento, nós resolvemos que nós iríamos comprar os procedimentos pelo preço que Montes Claros recebe por eles. Aí o Estado veio colocar aqui conosco que deveríamos permanecer com a série histórica anterior. Nós aceitávamos permanecer com a série histórica anterior, desde que houvesse a complementação dessa diferença. E o Estado, então, colocou que tinha muita dificuldade de colocar essa diferença de valor. E isso se deu em muitas discussões, em muitas reuniões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Resuma, por favor! Eu acho que o Prefeito já disse. Vocês fizeram uma pactuação. E a extrapolação dividiram meio a meio para Estado e Município.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado.

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Obrigada. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dra. Ana Paula, o Relator quer fazer a última pergunta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A supervisão feita pela Prefeitura aqui na cidade é pós-cirúrgica? Pelo que você falou, ela é pós-cirúrgica. É isso?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - É a AIH, quando se solicita o laudo, e uma revisão do prontuário. É pós-cirúrgica. Inclusive, um dos critérios é ter a folha de sala nesse prontuário.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não seria mais certo ser pré-cirúrgico, antes da cirurgia?

A SRA. ANA PAULA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Nos casos dos pacientes de Montes Claros, eles vão até a Secretaria e levam todos os documentos que foram solicitados — os exames — pelo médico que diagnosticou. Nos casos dos Municípios que se utilizam do nosso serviço, isso é feito através do sistema do SUS Fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Dra. Ana Paula.

Eu chamo imediatamente o Sr. Maurício Sérgio Sousa e Silva, Superintendente do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, Minas Gerais.

São 15h15min. Nós havíamos assumido o compromisso de nos deslocarmos para Brasília às 18 horas. Então, chamo a atenção dos Srs. Deputados para que sejamos bastante concisos, porque ainda temos que ouvir oito pessoas, entre elas, os médicos, se chegaram de Belo Horizonte.

Sr. Maurício Sérgio Sousa, vamos direto ao assunto. O senhor acompanhou desde cedo a audiência e sabe o objeto desta Comissão. O senhor sabe que a instituição do senhor foi envolvida na Operação Desiderato. O senhor ouviu a fala do



Prefeito, na qual ele foi claro, imputando muito da responsabilidade aos hospitais, principalmente à Santa Casa. O senhor também já ouviu o Delegado da Polícia Federal e o Promotor do Ministério Público Federal.

Eu gostaria que o senhor fosse bastante objetivo. O senhor vai dizer há quanto tempo o senhor está lá, há quanto tempo o senhor conhece esse desfecho, quais providências o senhor tinha tomado anteriormente, se o senhor só o veio a conhecer após a Operação.

Enfim, seja bastante preciso e bastante cirúrgico — para usar uma palavra bem clara —, na boa prática cirúrgica, e não na cirurgia de implante de órtese e prótese, superfaturada, como está acontecendo hoje no País.

E eu queria que o senhor fizesse a leitura do termo de compromisso, já que o senhor está sendo convocado para esta audiência.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. (Art. 203 do Código de Processo Penal; Decreto nº 3.689, de 3/10/41; art. 415 do Código de Processo Civil; Lei nº 5.869, de 11/10/73)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O senhor tem 10 minutos. Se precisar de minutos adicionais, o senhor pode solicitar.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Eu cumprimento a Mesa desta Comissão na pessoa do Deputado Geraldo Resende; cumprimento os Vereadores presentes na pessoa do Dr. Cláudio; cumprimento todos os presentes na pessoa do meu Diretor Carlos Lima. Pois bem. Eu estou Superintendente da Santa Casa de Montes Claros desde o dia 2 de janeiro de 2014, há exatos 16 meses, 15 meses. A Santa Casa de Montes Claros, primeiro, parabeniza a ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e desta Comissão, porque ela de fato age, de fato trata a sua gestão como um exemplo — muito bem dito aqui pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Eu assumi a Santa Casa de Montes Claros em janeiro de 2014 e, de lá para cá, nós temos trabalhado incansavelmente para melhorar de fato todos os controles e todos os processos ali realizados. É uma Santa Casa que tem 82% do seu atendimento pelo SUS e aproximadamente 18% de atendimento por convênios; é uma Santa Casa que tem quase 400 leitos; é uma Santa Casa que tem 2 mil colaboradores no seu corpo de funcionários e 400 médicos no seu corpo



clínico. A Santa Casa de Montes Claros, de Belo Horizonte a Salvador, é a maior e é referência hospitalar em todos os níveis, em todas as instâncias. É um hospital acreditado pela ONA em nível 3, o nível máximo; é um hospital reconhecido pelo Ministério da Saúde pelos seus serviços prestados e pela sua relevante importância de atender à população norte-mineira, além de parte da população do sul da Bahia. Quando cheguei à Santa Casa, em janeiro, o nosso provedor, Dr. Eli de Oliveira Penido, havia sido comunicado — não foi formalizado, não foi feita denúncia; mas ele havia sido comunicado recentemente — de uma cobrança indevida por parte de um dos médicos investigados, o Dr. Zandonai Miranda. De pronto, o provedor chamou a família do paciente — aquele que o procurou — e pediu que formalizasse aquela denúncia. Este, então, não quis formalizar, mas comunicou o fato. Como a Santa Casa apura tudo o que é denunciado e como nós estamos lá para melhorar, para corrigir, para tratar da melhor forma e o mais transparente possível, abrimos, então, um processo de sindicância para poder apurar essa irregularidade, essa cobrança indevida. O processo correu, a sindicância correu. Eu estava entrando no hospital, assumindo o hospital. Conduzi esse processo. O processo de sindicância todo apurou. O próprio médico realmente assumiu que havia feito essa cobrança, através da sua secretária, a Eleusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Diga o nome do médico e o nome do paciente, por favor.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Diga o nome do médico e o nome do paciente.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - O nome do médico é Zandonai Miranda; o nome do paciente é Vadiolano Moreira. Então, logo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Quais os valores cobrados por fora?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Quais os valores cobrados por fora?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Sim, eu vou falar. Na sindicância, foi apurado que tinha sido cobrada dos familiares desse paciente a



importância de 40 mil reais, em quatro parcelas de 10 mil reais. Isso foi apurado. Nós o chamamos imediatamente. Montamos uma comissão de investigação e abrimos um processo de sindicância. Foi feita. Esse médico foi suspenso logo que se concluiu a sindicância. Foi suspenso. À apuração, ainda assim, demos sequência. Afastamos também imediatamente a Eleusa, que fez a cobrança dos pacientes, desses familiares e que era uma secretária dos médicos. Fizemos a exclusão, a proibição da entrada dela no hospital. Suspendemos o médico por 180 dias e exigimos imediatamente a devolução do valor cobrado dos familiares — e que ao fim dessa suspensão o médico já tivesse regularizado a situação. Assim foi feito. O médico foi suspenso por 180 dias. Afirmou-nos ter resolvido com a família. Inclusive, restava a entrada de dois cheques de 10 mil reais, porque o valor tinha sido parcelado em quatro parcelas de 10 mil. Quando estavam por vencer já os 90 dias da suspensão desse médico, foi feito um pedido à Provedoria do hospital de se fazer uma concessão para ele retornar, porque ele já tinha resolvido com a família, e que tivessem já ensinado, que a gente já tinha tomado as providências. Esse médico, quando retornou, afirmou à Provedoria que já tinha resolvido também com a família. Nós demos sequência. Então, esse médico voltou a atender no hospital. Recentemente, eu tive a informação de que ele acertou com a família os últimos dois cheques, que não tinham sido compensados, e de que desses primeiros 20 mil reais ele, até então, não tinha feito a devolução. Eu tomei conhecimento desse fato agora, junto à ação da Polícia Federal. Isso ocorreu entre janeiro e fevereiro. Aí, já respondendo inclusive a algumas perguntas: mas o que o hospital fez? O hospital fez e está fazendo muito! Eu procurei visitar outros hospitais, para entender como é que era o processo. Por quê? Porque esses stents, esses materiais ficavam na mão desses três profissionais, sob a alegação de que eles precisariam usar aquilo de forma urgente, de que não dava tempo de ir até a farmácia para poder pegar o material. Mesmo assim, a administração do hospital não concordou. Imediatamente, dentro do mês de fevereiro, solicitei que fizessem um inventário de tudo o que estava na sala de hemodinâmica. Pegamos a nossa farmácia, com funcionários próprios, ao lado da sala de hemodinâmica. Colocamos funcionários próprios, para acompanhar todo o processo, desde o mês de fevereiro de 2014. E assim foi feito. Então, todo esse material, quando recolhido: o médico já tinha sido suspenso e a



funcionária já tinha sido dispensada. Os materiais todos foram recolhidos, foram inventariados. Esses fabricantes foram notificados, porque nós encontramos divergências no estoque. E aí eu peguei uma orientação, já passados ali 2, 3 meses, com a própria Polícia Federal, a respeito do que faria com esses materiais. A orientação que recebi foi: *“Guarda esse material, lacra-o, porque nós vamos te solicitar isso”*. E assim foi feito. Pois bem. Além disso, nós fizemos, ainda, a inserção de outros dois médicos hemodinamicistas no setor de hemodinâmica, para não ficar apenas com esses três profissionais lá. Depois desse período, um desses médicos, em desavença com o outro, com o Dr. Flavio Donizete... Foi então que foi feita a denúncia da Marli, já nesse meio tempo, da paciente que foi citada mais cedo, pelo Flavio Donizete. Quando foi feita a denúncia, nós fizemos da mesma forma: fizemos a apuração, fizemos todo o processo de sindicância. Nesse meio tempo, a Polícia Federal me chamou, me informou que precisaria de algumas informações do hospital, porque estava trabalhando numa investigação. E assim nós começamos a fornecer todos os documentos, todas as informações, colaborando com todos os processos, porque é do interesse da Santa Casa de Montes Claros que se apure de fato, que realmente se tomem todas as providências, assim como a administração vem fazendo nos casos em questão. Lamentavelmente, isso ocorreu dentro do seu setor de hemodinâmica. Os profissionais médicos, são eles que definem — aqui tem alguns médicos — qual material vai ser utilizado. A Santa Casa de Montes Claros não tem exclusividade com nenhum fornecedor. A Santa Casa de Montes Claros não recebe, de nenhum fornecedor, nenhum tipo de bonificação, de dinheiro. Não tem isso lá dentro. É muito transparente, tem uma equipe técnica. Nesse caso específico, hoje... Nós colocamos inclusive, já desde fevereiro, funcionários que acompanham o processo. Quando o paciente vai para a mesa, o funcionário leva o *kit* solicitado pelo médico e volta com as embalagens, para comprovar realmente a utilização, para dar baixa no sistema, para garantir a segurança do paciente. Então, a Santa Casa de Montes Claros, aqui muito bem citada nesse processo, não é conivente com essa conduta. A Santa Casa de Montes Claros tem 143 anos e preza pela gestão transparente, preza pela gestão eficiente e segura para todos nós. É isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu vou passar a palavra imediatamente ao Relator. Nessa primeira etapa, o Relator vai fazer os questionamentos e você responde em seguida aos questionamentos dele. Depois, nós vamos passar a palavra aos Deputados e você responde às perguntas dos Deputados em grupo.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Boa tarde!

Sr. Maurício Sérgio, atual Superintendente do Hospital Santa Casa, como disse aqui agora há pouco, eu lhe pergunto: você recebeu alguma denúncia, nos últimos 16 meses, referente a superfaturamento, no que diz respeito a uso de órteses e próteses em seu hospital?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Superfaturamento no valor?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. Denúncia, não. Eu recebi, no caso, a denúncia... A única denúncia que nós recebemos no hospital foi a do Dr. Flavio Donizete, com relação a essa paciente Marli. E, quando eu cheguei ao hospital, já havia sido feita uma conversa, um comunicado, entre os parentes do paciente Vadiolano e o provedor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você recebeu alguma denúncia do uso desnecessário de stents no seu hospital?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. Eu tomei conhecimento do uso excessivo... Obviamente, nós tínhamos... eu já tinha escutado... eu já tinha... Eu ouço, às vezes, esse comentário, porque é a nível Brasil. Mas, em fevereiro, com 30 dias que eu estava no hospital — eu acredito que nem tinha começado essa Operação ainda —, nós tomamos todo o zelo de trazer uma farmácia, com funcionários próprios, com controles rigorosos, com protocolos definidos, justamente para inibir qualquer risco ao paciente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você conhece o médico Zandonai Miranda.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ele trabalhou no hospital.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Sim.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quanto tempo ele trabalhou no hospital?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Eu cheguei ao hospital há 16 meses. Eu não sei exatamente quanto tempo tem que eles estão lá. Eu não consigo precisar. Eu acredito que uns 3 ou 4 anos. Eu não sei te dar com precisão essa informação. São 400 médicos; mais de 400 lá hoje.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você suspeita de algum motivo pelo qual ele possa não ter vindo hoje?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Por favor, repita.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você suspeita de algum motivo pelo qual ele possa não ter vindo hoje? Você suspeita de qual é o motivo de ele não ter vindo?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não, porque eu não tenho contato assim com ele.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Chama-me atenção um fato. Eu acho até que, para completar esta audiência, nós deveríamos ter escutado o anterior e o senhor, o atual Diretor, até porque, no momento em que um médico se sujeita a receber cheque pré-datado, é porque o negócio está disseminado. Pagar 20 mil à vista e dois cheques pré-datados... Como é que os outros faziam? Era cartão de crédito? Como era? No momento em que se faz isso, é porque a prática está disseminada. Está uma coisa pútrida. Todo o mundo está tendo conhecimento. Então, eu lhe pergunto se você também tem conhecimento de outros médicos que faziam isso, porque, se ele fazia isso cobrando cheque pré-datado, também havia médico fazendo de outro jeito.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Eu não tenho conhecimento. Inclusive, no hospital tem uma resolução, tem uma normativa; tem no Regimento Interno, tem no estatuto a proibição de qualquer cobrança de pacientes do SUS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual foi a justificativa dele para receber esse dinheiro?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Na época, ele assumiu que recebeu. Se não me engano... Já tem 1 ano e meio, mais ou menos, 1 ano e 2 meses. Acho que ele tinha alegado que tinha negociado isso com os familiares do



paciente, por conta dos valores baixos que o SUS paga. Enfim, ele assumiu. Eu tenho... Inclusive, a cópia dessa sindicância foi entregue ao Delegado da Polícia Federal, onde ele assumiu que realmente fez a cobrança indevida e que isso...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas você acha que ele é o único médico que fez isso no hospital? De 400 médicos, ele foi o único?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. Eu não acredito que ele foi o único, assim como eu acredito que existem muitas outras coisas mais que nós devemos melhorar. O que nós fazemos na Santa Casa é deixar claro aos pacientes que, nessas cobranças, isso tem de ser informado ao hospital, para que ele tome as medidas necessárias, para que ele, de fato, afaste esse profissional do hospital.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Essa sindicância que foi feita no caso dele, no caso singular e pessoal dele, por que não foi feita nas outras cirurgias, já que, como você falou, há suspeita não apenas dele, mas de vários médicos que cometiam isso e de vários tipos de cirurgia? Aqui mesmo, quatro ou cinco pessoas que estão aqui, agora há pouco, conversando, relataram isso. Então, eu lhe pergunto: por que essa sindicância não abrangeu todo o mundo, abrangeu só ele?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Na verdade, já foram feitas outras sindicâncias. Simultaneamente, quando nós tivemos esse fato, quando nós tivemos ciência dessa irregularidade na utilização, foi aberta outra sindicância para apurar o processo, para apurar a utilização. Atualmente, tem uma sindicância, tem uma Comissão que foi montada dentro do hospital, composta por diretores médicos, composta por advogados, composta por uma ouvidora. Está essa comissão já apurando, adentrando todas as áreas do hospital, justamente para verificar como é o funcionamento, o processo, se está correto, se tem alguma irregularidade, o que pode ser melhorado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quando sai essa sindicância, o resultado dela?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Eu acredito que dentro de 15 ou 20 dias. Ela já foi instaurada há algum tempo, está em curso. Tão logo fique pronta, posso encaminhá-la aos senhores.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Gostaria que você a encaminhasse à CPI.



O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Como Diretor, você tem controle total sobre o almoxarifado do hospital, no que diz respeito a armazenamento ou não de materiais cirúrgicos, de materiais hospitalares, entre outros. Eu lhe pergunto: ocorreu o sumiço de alguma prótese ou órtese do almoxarifado do hospital, e esse mesmo material foi usado em clínicas particulares aqui em Montes Claros ou em outra cidade?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Olha, atualmente, não. Quando eu cheguei ao hospital, em que esses materiais, essas órteses eram de controle desses médicos da hemodinâmica e em que nós fizemos a mudança, eu fiz o inventário e lá foram identificados vários stents ou materiais que deveriam ter sido baixados no sistema. Então, essa diferença, essa inconsistência nós comunicamos à Polícia Federal, que estava lá disponível para a apuração, para saber se deveria ter sido utilizado, se não deveria, o que foi, qual era o destino correto daquele material.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No caso, esses médicos responsáveis pela hemodinâmica foram os mesmos médicos agora da Operação ou ainda há outros médicos que não foram?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. São esses três médicos que são investigados. Imediatamente, quando tomamos conhecimento de que a Operação Desiderato foi publicada, no mesmo dia o hospital afastou esses três médicos do seu serviço e contratou outros novos profissionais para poder conseguir dar sequência e dar atendimento aos pacientes. Imediatamente eles foram afastados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você não está entendendo. Você falou agora há pouco que, 14 meses atrás, ao chegar ao hospital, você detectou que havia determinados médicos responsáveis pela hemodinâmica e que, por algum motivo, sumiam stents e outros materiais do almoxarifado. Você disse que fez a denúncia à Polícia Federal. Eu lhe pergunto: esses médicos que faziam isso são os mesmos médicos da Operação...

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - ...ou, fora esses médicos da Operação, há outros?



O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Sim, são os três médicos. Quando eu cheguei, eles já estavam no hospital trabalhando. São esses três médicos que estão sendo investigados e que foram já, de fato, afastados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Para encerrar, o Prefeito da cidade tem uma crise aberta com a Santa Casa. Isso é público e notório. Tanto a cidade, quanto Minas e o Brasil têm conhecimento disso. Porém, o mesmo usou essa tribuna e fez acusações à Santa Casa, inclusive com a Diretoria da instituição presente. O que a Santa Casa tem a dizer sobre as declarações do Prefeito: são verdadeiras ou são falsas?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Olha, as declarações do Prefeito são falsas. Inclusive, eu passo às s de V.Exa. uma auditoria realizada pelo Sistema Nacional de Auditoria do SUS, onde se comprova a ineficiência, as retenções, todos os pagamentos em atraso do Hospital da Santa Casa, do Dilson Godinho e do Aroldo Tourinho. É uma questão que, infelizmente, se arrasta desde 2013, quando o Prefeito assumiu, e aí vem tendo esses problemas com esses pagamentos, extrapolações, glosas, etc. Isso está, em nível de Estado, em discussão com o Município, para chegar a um acordo, para ter uma decisão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas as acusações que o Prefeito fez se encaixam hoje na Operação da Polícia Federal. Então, ele não estava mentindo, não eram falsas todas as acusações dele. Por isso, eu lhe pergunto: as acusações recentes que ele fez... Você acabou de dizer que as declarações são falsas. Só que, se as declarações dele são falsas, o que a Polícia Federal fez também é falso, até porque foi baseada nas declarações dele. Eu lhe pergunto mais uma vez: são falsas ou verdadeiras as acusações do Prefeito?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - A acusação do Prefeito de que os hospitais são coniventes com as fraudes, isto é falso. Os hospitais não são coniventes, pelo menos a Santa Casa de Montes Claros, instituição da qual sou Superintendente. Ela não é conivente. E ela atua de forma rápida, de forma justa, e faz toda a punição que tiver que ser feita.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tendo em vista que vamos perder a companhia de dois colegas Parlamentares que vão pegar voos



daqui para Confins e, de Confins, para os seus Estados e, se atrasarem, podem perder as conexões, vamos passar a palavra ao Deputado Paulo Foletto para que faça seu questionamento.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Obrigado, Sr. Presidente.

Maurício, há quanto tempo os três profissionais trabalham no hospital, na Santa Casa — os três profissionais que tiveram problemas?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Essa foi a resposta que eu dei ao Relator. Eu não tenho conhecimento exato de quanto tempo. Eu sei que, desde quando eu cheguei, eles já estavam lá.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Mas então você teve uma denúncia de uma paciente que lhe foi cobrado 40 mil reais, o.k.?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Parece-me que a coisa estava tão frouxa que... Porque, quando você faz a normalidade administrativa ou roubo, você tem que tentar cobrir o rabo. E pegar cheque pré-datado é batom na cueca, no português claro. O cabra está assinando atestado de roubo, porque ele tinha o cheque pré-datado na mão. Você não se interessou em ir atrás dos últimos 10, 15, 20 ou 100 que ele tinha feito, não?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Nós fizemos todo o processo de sindicância...

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Você não chamou a família para conversar com você para perguntar se cobrou 10, 2, 3, 4 ou 50?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Foi, foi feito um levantamento lá e, quando a comissão de sindicância foi apurar, foi feito esse levantamento e não identificou outros casos naquele momento. Então, por isso não se levou adiante. Inclusive, nós até ampliamos avisos, nós ampliamos nas redes para que, se tivesse qualquer denúncia, que fosse feita para nós apurarmos, em função do número de pacientes atendidos por dia — obviamente, na hemodinâmica é um número menor, mas no hospital atende-se 1.500 a 1.600 por dia.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Não, tudo bem. Você não rastreou os pacientes que foram colocados stent um tempinho atrás, não é? Ou onde você rastreou não tinha nada?



O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. Acredito que tinha, sim. Acredito que tinha, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Ah, então está bom. A última pergunta: a nota fiscal que você recebe do fornecedor... Entre a nota fiscal que você recebe do fornecedor, para você depois fazer a cobrança para a Prefeitura, o Plano de Saúde e para o particular, qual é a diferença? Porque a gente sabe que os hospitais passaram a ter uma renda em função de órteses e próteses através de um desconto. A nota fiscal chega de 10, você leva um tempo e depois paga. Qual é seu desconto?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - A negociação que é feita com os hospitais, nesse processo aqui já foi falado mais cedo — o médico fez o procedimento, lança na folha de sala, gera-se a nota fiscal conforme foi utilizado o material, e a prefeitura faz o pagamento com os fornecedores —, a média de negociação é em torno de 7% a 8% desses valores.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Está bom, está joia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Pastor Franklin com a palavra, já que também ele vai ter que se ausentar junto com Deputado Paulo Foleto.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Boa tarde.

Vou direto às perguntas para a gente adiantar o tempo. Eu queria perguntar... Você disse aí que as afirmações do Prefeito Ruy Muniz são falsas quando se retrata ao compromisso do hospital com a lealdade, com a honestidade, e que o hospital de forma alguma é conivente com a fraude e, obviamente, com os fraudulentos.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Ou com qualquer outra irregularidade.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Com qualquer outra irregularidade. Você afirma isso?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Afirmo.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Você falou aqui que você assumiu há uns 14 meses, 16 meses, por aí, não é?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Isso.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - E quando você entrou, logo em seguida, estava estourando a questão daquele médico Zanadia...

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Zandonai.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Zandonai Miranda, e que ele tinha conhecimento, tinha reconhecido que tinha feito cobranças indevidas, certo?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Reconheceu aquela cobrança indevida.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Sim, aquela cobrança indevida ele havia reconhecido. E você disse que ele estava se acertando com os pacientes e que já estava devolvendo os pagamentos e que foi feito... E ele foi afastado por 90 dias, é isso?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Ele foi afastado a princípio por 180 dias e depois reduziu para 90.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Depois reduziu para 90, certo? Deixe-me fazer uma pergunta. Aí você falou que foi pedido para que ele voltasse para o trabalho, pois ele já havia se resolvido com as famílias.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Quem foi que fez esse pedido?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Alguns médicos do próprio hospital entenderam que, pelo fato do Zandonai trabalhar somente na Santa Casa, ele estava tendo muito problema com relação aos seus ganhos... Ele estava tendo problema, porque era o ganho, era o sustento dele, era o trabalho dele...

(Manifestação no plenário.)

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - E que, na verdade, nós apuramos o caso e até então não tinha sido apurada a irregularidade com relação ao procedimento e a irregularidade na cobrança indevida. E aí, foi acertada, inclusive de imediato, logo que abriu, assim que chegou essa denúncia, a devolução do recurso e o afastamento do médico.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Não... Logo que ele devolveu, ele foi afastado?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não. Ele foi afastado imediatamente à conclusão da sindicância que comprovou a irregularidade.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Certo. Mas, aí, depois, ele foi reintegrado.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Ele foi reintegrado depois de cumprir a suspensão.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Aí, eu te fiz a pergunta: quem solicitou essa reintegração? E você disse que foram...

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Alguns médicos do corpo clínico, isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - ...alguns médicos. Sendo você o diretor responsável pela administração do hospital; sabendo você o grau de corrupção, de absurdo que ele cometeu em um hospital — porque você disse que não tem esse tipo de atitude —; do valor que ele cobrou por uma vida humana; sabendo você disso, tendo a obrigação de administrar o hospital, você disse para mim que o hospital age transparente e que o Prefeito aqui mentiu quando disse que tem convivência da diretoria com corruptos lá dentro?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Olha, o hospital não é conivente. Ele agiu, conforme prevê o estatuto e o regimento interno. Inclusive, nós já pedimos revisões desse estatuto, desse regimento interno, justamente para melhorar a questão das punições, porque é uma instituição que tem 143 anos e tem anos do seu estatuto e do seu regimento. Eu me sinto, de fato, na obrigação, tanto que, quando tomei conhecimento dos fatos, colaborei em todos os momentos para justamente investigar, localizar pacientes, localizando prontuários, assessorando com informações a Polícia Federal, e afastamos definitivamente, imediatamente continuamos com o conhecimento da Operação.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Então, me deixa concluir aqui para você...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Franklin, por favor, seja preciso, porque nós temos que ainda ouvir vários outros depoimentos.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - É a última pergunta que eu vou fazer, até porque eu também tenho que viajar e...

Você assume, então, que, mesmo na diretoria, você, como pessoa responsável pelo hospital, cedeu a desejos de amigos, colegas médicos que já



trabalhavam no hospital provavelmente há 4 anos, 3 anos — você afirmou que trabalhava com os amigos —, e você vendo um ato de corrupção, algo muito errado, você cedeu ao pedido dos amigos. E você também afirma que o regimento interno do hospital diz que se o médico cometer tal fraude no hospital, porque tem lá a placa dizendo assim: “*É proibido cobrar. É crime*”... Você diz que se o médico comete tal fraude e o regimento interno do hospital fala que se ele devolver ele retorna, está tudo perfeito, é isso?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Prezado Deputado, em momento nenhum, nenhum dos diretores, nenhum dos administradores da Santa Casa vai trabalhar ou vai ceder a pedidos de amigos; ela vai trabalhar dentro do que prevê, dentro do que é legal, dentro do que é correto. Dentro do que o senhor está colocando, nós não cedemos. Nós fizemos... As decisões são tomadas num comitê, numa diretoria, que é composta de um jurídico, que tem toda assessoria, que faz todas as alegações. Só para ilustrar outro caso, eu não vou entrar até para não postergar, que recebemos, foi a denúncia de um médico. Esse médico, outro caso, ele está afastado por 180 dias. Essa licença venceu. O CRM — Conselho Regional de Medicina, não se manifestou acerca de um caso que consultamos. Mesmo assim, esse médico entrou na Justiça, conseguiu uma liminar para retornar da sua suspensão. Nós não acatamos, entramos com recurso, e ele continua suspenso. para afastar o risco a qualquer paciente.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Sr. Presidente, eu vou concluir aqui... Quero só pedir ao senhor... A gente tem um prazo regimental que vai se encerrar desta CPI até o dia 17/07, ou seja, há menos de um mês. E o senhor está percebendo que a gente precisa tomar atitudes, se possível, até drásticas, porque coisas absurdas têm acontecido, inclusive internamente. Se isso não for corrigido, isso vai continuar acontecendo, porque um médico que comete uma atrocidade dessa, de colocar a vida humana, de cobrar 40 mil reais de pessoas — e a pessoa, no final, até morreu — ...de cobrar 40 mil reais de uma pessoa — o médico, que tem a obrigação de cuidar do ser humano! — ... e ainda ser acoitada, perdoe-me a expressão da palavra, ser acoitada por um conjunto médico,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, conclua, por favor.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - ...eu acho isso um absurdo! E discordo... E tenho certeza, vou pedir até, inclusive, se a CPI permitir, o regimento interno do hospital para ver se essa conduta condiz com esse regimento, porque a logística do negócio não condiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos passar para o próximo inscrito, Deputado Alceu Moreira.

Agradeço ao Deputado Pastor Franklin e ao Deputado Paulo Foletto pelas participações nesta vinda a Montes Claros.

Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Presidente, serei rapidinho, só para agradecer a todos vocês. Nós estamos nos retirando porque vamos viajar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, nosso tempo é muito exíguo, vamos contribuir, por favor.

Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Dr. Maurício, eu não vou lhe fazer nenhum questionamento, porque o que li sobre as denúncias, o que eu vi do senhor e do Prefeito deixa absolutamente claro sobre o que está acontecendo na sua instituição.

Portanto, a Comissão de Inquérito precisa, na verdade, buscar acontecimentos desde o tempo em que esses médicos entraram na instituição, com todos os procedimentos que fizeram, e posterior a isso. A questão é buscar documentos que comprovem, porque é impossível que um médico, só um, ou dois, ou três façam isso, que um cidadão faça uma cirurgia, cobrindo 40 mil em cheque pré-datado numa instituição desse tamanho, profissionalizado, e ninguém sabia. E que, depois de saber, busca dois ou três casos para trás, não viu nada, não aconteceu nada, e deixa como está, está tudo bem, não tem mais problema nenhum, coisa e tal.

Claro, fica absolutamente claro, que tem muito mais gente envolvida do que esse ladrão vigarista que não quer vir aqui depor agora — muito mais! (*Palmas.*)



Então, nós temos convicção disso, e a Comissão Parlamentar de Inquérito tem força para quebrar sigilo, para buscar documentos, para ir atrás do que nós temos que fazer. Aqui não adianta fazer comédia, porque todas as pessoas que sentam naquela cadeira ali, a instituição delas é a mais transparente possível, só agem na forma da lei, tudo aconteceu certo, só que as pessoas estão com o peito com uma cicatriz como se estivesse com stent, e não tem stent dentro.

Então, tem uma série de problemas, não vou fazer questionamentos. Só quero lhe dizer o seguinte: a sua instituição, por tudo que nós vemos, gerou uma quantidade enorme de dúvidas, e eu não vou fazer no “eu acho”, “não conheço” uma instituição com 140 anos, com todo esse quadro funcional, que certamente é uma instituição absolutamente necessária para toda a região, e o que ela precisa na verdade é corrigir seu modelo de gestão para que a população tenha absoluta confiança de que pode ir para a Casa de Saúde para sair com vida.

Então, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Com a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, senhores presentes, o que me deixa indignado é que, quando a gente fala da instituição, ela é apenas uma operadora. O senhor mesmo disse que ela é responsável por 82% de procedimentos realizados pelo SUS. Num corpo de 400 médicos, como V.Exa. passou para nós, a nossa grande preocupação é que a apuração desse caso não veio à tona porque tem uma eficiência de transparência da sua instituição. Ela veio de fora para dentro, quando deveria vir de dentro para fora, visto que recebe 82% da sua manutenção e dos atendimentos prestados de dinheiro público, dinheiro vindo dos impostos da população brasileira.

Portanto, a minha pergunta, na verdade o meu questionamento maior é: quando você descobre uma falha, o mínimo que pode ser feito é fazer uma investigação muito mais ampla, ser audacioso no momento em que você tem oportunidade de descobrir isso, e realmente provar que você não faz parte do contrário. Terem feito uma investigação, vocês terem realizado procedimentos internos de investigação não é o suficiente. Acredito que... Nós não recebemos... E



sei que, dos procedimentos realizados, todos foram com intuitos e determinados primeiramente pela Justiça ou pelos interessados. Deveria ter sido pedido por esse médico, já, porque o advogado dele, num dos depoimentos e numa das entrevistas, diz que o cliente nega. Por que para vocês ele não negou? Qual o motivo de ele se assemelhar à instituição, lá dentro não ter contradição, e aqui fora ele dá essa contradição? Algum motivo para não haver esse conflito direto?

Digo mais: V.Exa., como um dos responsáveis, jamais... Estou direcionando, pessoalmente. O senhor está há 17 meses na condução, e essa é uma instituição de pessoa jurídica, portanto ela trata também de recurso, e pode haver muitas outras razões anteriores a isso... Foi feita, antes desse procedimento, pela pessoa que antecedeu o senhor no comando da gestão do hospital, uma investigação sobre esse assunto? Por mais que tenhamos 400 médicos na instituição, apenas três neste momento foram citados. O mínimo que eu vou fazer quando estiver no comando de uma casa é ter todas as informações, e ter na ponta da língua: quando ele entrou; quantos atendimentos ele fez; quem ele atendeu; se eu procurei ou não as pessoas, para poder responder, porque ele está envolvido na situação. Essa é uma responsabilidade que o hospital, a instituição tem que ter, para que essas pessoas aqui na cidade e também as pessoas que acompanham esse caso possam voltar a ter confiança e credibilidade na instituição, que, realmente, é muito importante do ponto de vista clínico, e a gente reconhece o seu valor.

Eram só essas as ponderações, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João — Deputado Dr. João, seja bastante preciso.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Serei rápido, Presidente.

Maurício, eu prestei bem atenção a todas as palestras que tiveram aqui, principalmente a do Prefeito. Eu estou, inclusive na minha fala, comparando a fala do Prefeito com a dos outros depoentes. Pelo que você falou e o que Prefeito falou, a princípio, a não ser que me provem o contrário, eu acredito mais na palavra do Prefeito do que na sua, em relação ao que Prefeito falou e ao que você falou, a não ser que você me prove o contrário. Mas eu acredito mais no que o Prefeito falou do que em você.



Isso me gera duas perguntas. Você disse que esse médico retornou ao hospital porque um grupo dele, inclusive você, ficou com pena dele, porque o hospital era o sustento dele, da família dele. E os 5 milhões que a Polícia Federal encontrou na conta particular dele? De onde veio esse dinheiro? Cinco milhões de reais que a Polícia Federal bloqueou da conta particular dele? Se ele trabalhava só na Santa Casa, de onde ele tirou esses 5 milhões, numa conta particular? É tão pobrezinho esse rapaz que merecia uma caridade por parte dos colegas e da direção do hospital? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: houve uma briga institucional entre a Santa Casa e a Prefeitura, o Prefeito, porque o Prefeito recusou pagar 8 milhões de reais à Santa Casa por serviços não prestados. Foi convocado pelo Ministério Público, foi convocado pela Polícia, pelo Departamento do SUS, e ele não pagou e provou que foram 8 milhões que vocês cobraram da Prefeitura por serviços não realizados. Quem está certo: a Santa Casa ou o Prefeito, que identificou esse serviço não realizado e não pagou os 8 milhões que vocês cobravam dele?

São esses dois questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado, Deputado Dr. João.

Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Maurício, nós conhecemos bem Montes Claros. Você é jovem, você estudou conosco, você estudou na minha escola. O Dr. Flávio Donizete também foi nosso aluno, é médico, e através dele e da Marli, dessas primeiras denúncias, a gente está aqui hoje com esta CPI da Máfia das Órteses e Próteses.

Maurício, o Brasil tem dificuldade de médicos. Por isso, eu sei também da dificuldade da Santa Casa. Nós, para implantarmos o Programa Saúde da Família, só mesmo com o programa do Governo Federal, com o Mais Médicos, os médicos de Cuba. Enfrentamos o Conselho Regional de Medicina para ter esses médicos aqui. Essa equipe é a mesma equipe em todos os hospitais. A gente sabe da dificuldade. A gente até entende, porque, na sindicância feita lá com o médico Zandonai, vocês perdoaram, deram 180 dias de punição. Devido ao pedido, segundo você, do corpo clínico, ele retornou. Mas, Maurício, você é jovem. Nós não



podemos fazer isso, não. Montes Claros inteira brigou com Ruy, porque ele fez frente a esse *status* que a gente estava aí. Eu participei disso. Eu pedi muitas vezes ao Ruy: não fale desse jeito, vamos com calma.

A Santa Casa talvez seja o nosso maior patrimônio, do norte de Minas e do sul da Bahia. Eu tive meus filhos na Santa Casa. Eu preparei profissionais para trabalhar ali, quando a gente não tinha auxiliar nem técnico em enfermagem. A minha escola formou profissionais para trabalhar ali. Montes Claros hoje tem três faculdades de Medicina e vários cursos na área da saúde. Nós precisamos ensinar bem a esses futuros profissionais. Nós temos que nos indignar com isso e não aceitar isso.

Quero te perguntar, Maurício: depois de toda essa sindicância, Polícia Federal, CPI da Câmara Federal, isso nunca aconteceu aqui...

Montes Claros, vocês têm que nos ajudar. Somente através da denúncia de um paciente diferenciado, o Sr. Vladislav Moreira, que todos vocês conhecem, de família esclarecida e que teve a coragem de fazer a denúncia. E os pobres, e os humildes que vendem as suas casas, as suas vaquinhas, para fazer esse procedimento de stent?

Maurício, há pouco tempo que você está lá, mas você pode fazer muito e nos ajudar, junto com o Governo Federal, com a Câmara Federal, com o Estado, com nossa Ana Paula, que é enfermeira. Ela que foi discriminada pelos médicos — eu sou médica — para ser Secretária de Saúde do Município, que trabalha tão bem para nossa região.

Maurício, você não acha que... Ou você já fez isso, você já denunciou esses médicos ao Conselho de Medicina? Você já denunciou esses médicos ao Ministério Público? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quando você iniciou as suas atividades, Maurício, disse que fez auditoria. Você fez auditoria na Santa Casa.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Auditoria, não. Quando eu iniciei as minhas atividades, em fevereiro para março, quando eu tive conhecimento deste fato, nós fizemos um inventário no setor que estava tendo esse problema.



O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Só em relação a esse caso?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Exatamente. Fizemos este inventário, lá.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Não há auditoria da Santa Casa sobre patrimônio, quando você substituiu o antecessor?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Quando eu fiz a substituição em janeiro, em dezembro — a irmandade faz uma reunião trimestralmente, presta contas —, e o superintendente anterior a mim, no mês de dezembro, já fez a prestação de contas, foi publicado, foi feito todo esse processo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Porque o meu entendimento é que você teria feito uma auditoria ou um levantamento.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Não, não foi feito.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você citou aí a existência dos stents e materiais ortopédicos, materiais especiais. Como você mediu o que tinha na Santa Casa? Como fez o levantamento desses dados?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Quando foi feito?

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Como fez? O senhor disse que estava sobrando stents lá?

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Isto. Teve uma...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você pode descrever como estava sobrando os stents?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sr. Maurício, eu gostaria que você só respondesse no final, porque você vai responder a todos. Que o Deputado Adelmo pudesse fazer as questões todas no mesmo bloco e pudesse ser bastante objetivo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - A outra pergunta: se vocês compram esse material; se vocês adquirem, como vocês adquirem; e como vocês recebem.

A outra pergunta em relação ao desconto: como ele é processado contabilmente pela Santa Casa? Como é o processamento do desconto que é feito na Santa Casa? Dos descontos, como vocês processam isso contabilmente?



Quantos casos, quantas irregularidades? Ou seja, além desse caso de irregularidade, existem outras irregularidades constatadas na Santa Casa, do ponto de vista de cobranças, de superfaturamento, de irregularidades, de cobranças indevidas?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes de passar a palavra a Maurício, eu quero também fazer um questionamento.

Maurício, eu acompanho lá, sou da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas — estão me mandando trocar de microfone. Então, por favor. Eu sou da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, que tem lá a condução do Deputado Antonio Brito, da Bahia. Nós sabemos, de Norte a Sul, da crise da Santa Casa. Eu enfrento isso, no cotidiano, lá no Mato Grosso do Sul. A Santa Casa do Mato Grosso Sul, em Campo Grande, é a quarta maior do País. Lá, são mais de 800 leitos. É um hospital que está vivendo em crise permanente. A todo momento, há ameaças junto ao gestor municipal, Secretário de Saúde de Campo Grande, e ao gestor estadual. Se não tiver determinados valores, não vão pagar a folha de pagamento e vão ter que suspender os serviços — e partem logo para o principal serviço: o pronto-socorro, que é o coração do atendimento da urgência e emergência em Mato Grosso do Sul.

Eu quero perguntar: a Santa Casa de Montes Claros enfrenta essa mesma situação de crise permanente, de falta de recursos em todos os meses, para fazer os enfrentamentos dos seus compromissos mensais com os servidores e com os fornecedores?

Há uma segunda pergunta que eu quero formular para você: há também apropriação de espaços dentro das Santas Casas do Brasil? Grupos de médicos se apropriam daquilo que nós chamamos de filé mignon? Eu fui gestor estadual, e a gente fala: eles gostam do filé mignon, e a carne de pescoço jogam para o SUS. Ou seja, do que é rentável e do que dá lucro esses médicos se apoderam. É assim no setor de imagem, ou seja, exploram a radiologia, exploram o ultrassom, exploram a tomografia, a ressonância; depois, no setor de hemodinâmica, se apropriam da hemodinâmica, enfim, daqueles serviços em que o SUS é rentável, e deixam o serviço que é deficitário para a instituição. Então, há uma dificuldade desse balanço



e do fechamento do recurso. Aqui existem todos os serviços das Santas Casas, ou eles são terceirizados? Quero também fazer essa pergunta.

Você entregou aqui para nós uma auditoria do DENASUS — isso é importante. Até para esclarecer e para contribuir com a Câmara de Vereadores e com a sociedade de Montes Claros, a gente pede uma auditoria especial, que, com o poder de uma CPI, ela faz com muito mais velocidade — uma auditoria especial no Sistema Único de Saúde de Montes Claros. E a gente pede inclusive que se faça isso focando no objeto dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a questão das órteses, próteses e materiais especiais.

Você entende que nós estamos discutindo somente aqui, hoje, a cardiologia. Será que na traumato-ortopedia não ocorre isso também? Vocês devem ter o serviço de traumato-ortopedia, bastante volumoso, já que você diz que é referência e tem 400 médicos. Será que na neurologia, na neurocirurgia, na cirurgia bucomaxilofacial não ocorre? E aí tem outros profissionais, não são só médicos, nós precisamos não nos esquecer de que existem odontólogos e cirurgiões de cabeça e pescoço que podem estar envolvidos. Será que também, lá, a Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros está isenta de ter profissionais que também fazem aquilo que nós estamos escancarando para todo o País: se há procedimentos de cobranças, também, ilegais; de colocação de materiais nesses outros pacientes, nessas outras especialidades dentro da Santa Casa? Você se ateve a isso, já procurou, já está fazendo investigação nesse sentido?

Finalizando minha fala, eu também já fui gestor estadual, tenho acompanhado tudo isso, sei muito bem da crise da instituição e sei muito bem das disputas locais que existem. Eu disse de antemão que a gente precisa conduzir esta CPI sem partidarizar, sem entrar nas nuances das políticas locais. Eu quero sair daqui convencido que você é um jovem e que está fazendo todo o esforço para que a Santa Casa possa sair desse episódio melhor do que está neste momento.

Então, quero passar a palavra para você, para que responda todos os questionamentos da vinda aqui à Mesa. Peço que seja conciso.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Quando eu coloquei aqui, no início da fala, que a Santa Casa não é conivente com isso, eu penso que nós estamos agindo de forma muito incisiva. Nós estamos agindo de forma até —



digamos — pesada, para poder acabar com qualquer irregularidade que ocorra dentro da instituição. A instituição, de fato, é uma instituição de que a sociedade, a comunidade e a população como um todo somos usuários. Usando as palavras da Deputada Raquel Muniz, nós precisamos, sim, receber. Nós que estamos na administração temos todo o interesse nisso e queremos apurar, queremos tirar qualquer irregularidade e qualquer profissional — seja ele qual for — que estiver fazendo qualquer cobrança e qualquer procedimento indevido. Este é um compromisso que nós sempre tivemos. A nossa administração sempre atuou no sentido de sanar, de acabar com qualquer irregularidade, seja ela de cobrança ou de procedimento. Inclusive nesses meses em que eu estou lá, nesses 15 meses 14 meses, há inúmeras ações, inúmeras comissões que foram montadas, protocolos que foram reforçados, que eu posso enviar para os senhores posteriormente, para comprovar as ações para acabar com essas irregularidades. Com relação ao que foi colocado pelo Deputado, do recurso que o médico Gerson Miranda tinha, de 5 milhões, eu tomei conhecimento hoje, aqui. Eu não tinha conhecimento disso, foi uma informação da Operação Desiderato. Com relação às retenções e à cobrança dos serviços feitos pelo hospital, de serviços não prestados, eu não vejo, não tem nenhuma cobrança de serviço não prestado no nosso atendimento, atendimento da Santa Casa. O que nós estamos cobrando são repasses e atendimentos que foram realizados em diversas especialidades e que estão comprovados na auditoria realizada nas contas da instituição e nas contas do Município. Então, fica claro. Eu agradeço à Deputada Raquel Muniz pelas palavras, até porque a Deputada me conhece. Estudei, de fato, no INDYU. Ela sabe do meu caráter, sabe da minha lisura e sabe da minha intenção de transformar cada vez mais aquela instituição em uma instituição segura. Nós já conversamos algumas vezes sobre isso, e essa é, de fato, a nossa intenção e a nossa atuação. Com relação à pergunta do Deputado Adelmo Leão, nós fizemos, sim, um inventário, quando tivemos as informações, quando tivemos a primeira denúncia, quando tivemos os primeiros indícios. Essas órteses e essas próteses que foram identificadas como irregulares foram retiradas, até por orientação da Polícia Federal, e, posteriormente, inclusive, foram entregues voluntariamente à Polícia Federal; foram colocadas à disposição e ficaram sempre lacradas lá, quando foi identificada a irregularidade, tornando-se, a partir daquele



momento, toda e qualquer requisição de materiais ou de medicamentos, através da nossa farmácia que foi montada a estrutura, ao lado da sala de hemodinâmica. Com relação ainda à fala da falta recurso, Sr. Presidente, ela prevalece, sim. A Santa Casa de Montes Claros carece de recursos, porque ela atende a inúmeros pacientes, e atende além da sua capacidade instalada. A título de ilustração, nós temos em média 40 leitos, 45 leitos virtuais, porque a Santa Casa de Montes Claros não tem como escolher o que vai atender — já respondendo a sua segunda pergunta —, porque é um hospital de porta aberta. E o próprio Prefeito disse aqui que o HU não cumpre o seu papel como deveria cumprir. E aí, qual é o hospital porta aberta: Santa Casa de Montes Claros. Se tiver um acidente na Serra de Salinas, a 300 quilômetros, esse acidentado vai vir para a Santa Casa de Montes Claros, se forem casos mais graves. Então, nós temos apenas a Santa Casa de Montes Claros, como referência para neurocirurgia, para traumatologia, para queimados e para todas as especialidades. Então, nós não escolhemos aqui o que nós vamos fazer. Nós atendemos a todos aqueles que chegam lá à nossa porta de entrada. Com relação às ações — ainda, Sr. Presidente, eu não respondi a pergunta de V.Exa. —, desde quando iniciamos o trabalho, comissões são feitas, protocolos são reforçados no intuito realmente de inibir. Eu faço um apelo inclusive a toda a população: a Santa Casa está aberta, nós precisamos separar o erro de um profissional médico do que é a instituição. A instituição está pronta pra servir a qualquer momento. Eu estou e trabalho de portas abertas, recebo todos, pra que nós possamos melhorar, pra que nós possamos estancar e acabar com qualquer irregularidade. Então, eu peço à população que, se tiver qualquer outro fato em qualquer uma das áreas, até porque nós já montamos comissão, está em andamento um trabalho pra atuar em todas as especialidades do Hospital Santa Casa de Montes Claros. Eu pergunto, Presidente, se eu posso apenas fazer as minhas considerações ou se teria mais alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está respondendo e fazendo as considerações finais. Você tem mais 1 minuto.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dois minutos, conforme me solicita aqui o Relator.



O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - Eu quero aqui registrar que a minha... Respondendo às palavras do Prefeito — aí peço até desculpas pelo desprezo dos meus colegas que trabalhavam na área de TELECOM, que é uma profissão muito honrada... Eu sou bacharel em Direito, pós-graduado em Direito Econômico e Empresarial, eu fico triste e lamento ser referenciado dessa forma, porque foi um processo de escolha, de entrevistas. Foi um processo onde eu fui de fato convidado, pelo meu caráter, pela minha honestidade, pelo meu trabalho prestado na sociedade, fazendo parte da diretoria de inúmeras entidades de classe sérias. Então, eu quero aqui me resguardar, até porque ele fez menção a uma máfia da maçonaria. A maçonaria é uma instituição seriíssima, é uma instituição que merece todo o nosso respeito, assim como outras tantas, e não pode ser tratada dessa forma. Então, eu quero colocar a Santa Casa de Montes Claros, assim como eu, como superintendente, à disposição desta Comissão para esclarecer qualquer fato que venha a ocorrer, agradecendo mais uma vez a todos vocês. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sr. Presidente, só peço que solicite que informe como foi feita a contabilidade dos descontos da Santa Casa, porque eu fiz a pergunta, e ela não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Você pode responder à pergunta do Deputado Adelmo: de que forma é contabilizado o chamado desconto que as empresas fornecedoras — e isso parece que é uma prática em todo o País — dão aos hospitais? Alguns falam em comissionamento. Eu gostaria de saber como você faz essa triangulação na contabilidade, se você também repassa isso para o plano de saúde, ou para o paciente. No caso, o paciente particular, ou para o Sistema Único de Saúde.

O SR. MAURÍCIO SÉRGIO SOUSA E SILVA - É tratado como um desconto, esse desconto que eu disse ontem aqui de 7%, de 7,5%, que é negociado. Às vezes ele vem como forma de desconto nos boletos quando tem os casos para poder fazer os pagamentos. É tratado como uma... como uma... essa questão... Aí eu precisaria talvez de uma questão mais técnica da contabilidade, se for o caso. Eu me coloco à disposição para enviar pro senhor, da forma mais detalhada possível, toda a contabilidade da instituição Santa Casa de Montes Claros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de agradecer, deixá-lo à vontade e chamar imediatamente, para a gente dar prosseguimento, o Dr. Zandonai Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais. Dr. Zandonai Miranda.

Há aqui uma informação da Polícia Federal de que o Sr. Zandonai Miranda, quando foi intimado, estava em viagem a Belo Horizonte, e quem recebeu a intimação foi Sueli Borges Rêgo. Então essa é a informação.

Nós chamamos também o Sr. Gerson Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais. Também nos informa aqui... A informação da Polícia Federal é de que o Sr. Gerson Miranda... Foi notificada a esposa do Sr. Gerson Miranda, que disse que seu marido estava em viagem a Belo Horizonte.

Então, esta Presidência informa, até para que a população de Montes Claros saiba, que nós haveremos de fazer uma nova convocação ao médico Zandonai Miranda e ao médico Gerson Miranda para que eles possam comparecer, agora não em audiência aqui em Montes Claros, mas comparecer a Brasília. Se acaso eles arrumarem algum subterfúgio para não estarem presentes em Brasília, nós o faremos de forma coercitiva. Pediremos à Polícia Federal que os leve a Brasília, para que eles possam dar o depoimento lá em Brasília. *(Palmas.)*

Gostaria também de aqui chamar a Sra. Maria Elcy Alves da Silva. Encontra-se a Sra. Maria Elcy Alves da Silva? *(Pausa.)*

Também o Sr. José Cabral dos Santos se encontra? *(Pausa.)* José Cabral dos Santos era outro paciente.

A Sra. Eliana Alves Ferreira Veloso se encontra? *(Pausa.)* Eliana Alves Ferreira Veloso não? *(Pausa.)* Encontra-se. Por favor, pode permanecer sentada.

E a Sra. Walquíria Souza Lima se encontra? *(Pausa.)*

Então, está bem.

Nós temos três testemunhas da Operação Desiderato. Nós discutimos aqui, entre os membros da Comissão...

D. Maria Elcy Alves da Silva, é só a senhora fazer a sua qualificação, preencher esse dados aí. Já estava preenchido, Tarciso? Já estavam preenchidos os dados? *(Pausa.)* Então, por favor, passe para as outras pessoas que estão presentes, para que elas deem agilidade e possam preencher a qualificação.



Nós tomamos uma decisão que é a seguinte: eu gostaria, D. Maria Elcy, que a senhora pudesse fazer somente o relato. Não haverá perguntas. A senhora vai relatar tudo que aconteceu com a senhora e de que forma a senhora gostaria que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pudesse dar seguimento a esse tratamento, para evitar que a pessoas como a senhora aconteça o que aconteceu com a senhora e com tantas outras pessoas.

Nós selecionamos algumas pessoas que foram ouvidas pela Polícia Federal. Nós temos o depoimento de vocês, mas gostaríamos que a senhora, de público, relatasse, de forma bastante concisa...

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Resumida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... resumida...

SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... o que a senhora aponta para a gente contribuir para que fatos como esses não aconteçam.

Então, a senhora tem tempo suficiente. A gente quer que a senhora possa falar no máximo por 10 minutos, para que a senhora possa contar o caso da senhora. Está bom?

SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Eu posso falar e depois preencher o...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pode falar e depois preencha, por favor.

Eu pediria à secretaria que pudesse já encaminhar a qualificação para as próximas pessoas convidadas como testemunhas. Logo depois que encerrar a fala da senhora, nós haveremos de...

Temos dois médicos que vão fazer uma fala mais reservada — e eu espero que eles também não tenham feito como o Sr. Zandonai Miranda nem como o Sr. Gerson Miranda. Nós vamos ouvi-los aqui no recinto ao lado, porque isso foi uma garantia que nós demos ao próprio delegado da Polícia Federal, já que eles fizeram delação premiada e precisam ser preservados da exposição pública.

Então, Sra. Maria Elcy Alves da Silva, a senhora sabe o objeto desta CPI. As coisas que aconteceram aqui em Montes Claros são uma pequena amostragem do que acontece no Brasil. Não é só em Montes Claros que isso acontece. Existe isso



lá no Rio Grande do Sul, lá no Nordeste, lá na minha terra, que é Mato Grosso do Sul. E a senhora poderia reportar, para que a senhora dê uma contribuição efetiva ao andamento desta CPI.

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Tudo bem. Boa tarde a todos. Como já foi dito, meu nome é Maria Elcy, e eu estou aqui para relatar o que aconteceu — assim: não foi comigo, foi com o meu marido, o meu esposo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O nome do esposo da senhora...

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Antônio Carlos Teixeira. Ele tem 75 anos. Em 2010, ele foi submetido a uma cirurgia cardíaca, de peito aberto, onde ele colocou uma safena e uma mamária. Em 2013, ele, fazendo os exames... A médica cardiologista que estava acompanhando o caso dele pediu que ele fizesse um cateterismo, e, no cateterismo, constatou-se que ele precisava colocar stents, que a cirurgia tinha sido toda perdida, e quem fez o cateterismo foi o Dr. Gerson. E, de imediato, eles me chamaram, e a médica falou comigo que ele precisava colocar três stents e que, no caso dele, que ele é diabético, não poderia ser o convencional, teria que ser o farmacológico. E, como o SUS não cobria o farmacológico, se fosse direto pela Santa Casa, iria sair bem caro pra mim, ela pediu que eu procurasse a secretária do Dr. Gerson, em nome do Dr. Gerson, que com eles eu conseguia esses stents por um valor mais acessível. Eu a procurei, e ela me disse que conseguiria os três stents por 30 mil reais. E foi dito pra mim que o meu marido poderia morrer a qualquer hora, porque o estado dele era grave. Então, diante disso, eu providenciei o dinheiro, e foi feito o procedimento. Só que, quando terminou o procedimento, o Dr. Zandonai Miranda me procurou e falou comigo que teve uma emergência e eles tiveram de colocar mais um stent, e que eu teria que pagar mais 10 mil, e que, mais para o futuro, ele teria que colocar mais dois. Aí eu fiquei desesperada, porque eu não tinha mais nem um centavo. O dinheiro que eu consegui foram os 30 mil, e eu já tinha pago. Eu falei: *“Eu não posso pagar agora os 10 mil, porque eu não esperava”*. Ele falou que não, tudo bem, que me dava um prazo pra eu pagar. Eu pedi um recibo desses três stents que foram colocados, e a secretária me falou: *“Olha, assim que você efetuar o pagamento do quarto stent, a gente passa o recibo pra você”*. O meu marido fez o procedimento e foi pro CTI.



Então, no CTI, naquela parte em que o médico passa pra gente o prontuário, como ele está, o estado dele, foi passado pra mim que ele tinha colocado dois stents. Aí eu fiquei apavorada e procurei a médica, a cardiologista do meu marido. Ela foi e falou comigo que não, que eu pudesse ficar tranquila, que o relatório completo do que foi feito com o meu marido ia direto pra ela, e que ela me garantia que tinha colocado os quatro stents farmacológicos. Daí eu fiquei na dúvida: será que colocou mesmo, ou não, por causa do que estava relatando o prontuário? Mas aí, como a gente confia na médica que é a cardiologista dele, ela me garantiu isso, e eu fiquei tranquila. Só que daí passou uma cobrança. A secretária me ligava todos os dias cobrando esses 10 mil. E eu não tinha realmente de onde tirar os 10 mil. Eu fui e falei com ela: *“Eu não tenho como arrumar esses 10 mil. Eu vou passar o telefone do meu esposo, porque ele já está melhor, e você vai ver com ele, porque eu não tenho jeito”*. Aí ela começou a ligar pra ele, a ligar pra ele, e a médica falando que ele precisava de colocar os outros dois... Ele foi e falou: *“Olha, eu não tenho mais condições. Eu prefiro morrer a colocar mais dois stents”*. Depois de muito tempo, de muito tempo, eles pararam de me ligar e acho que, do final agora de 2014 para cá, não me ligaram mais nem pro meu marido, cobrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ok. A senhora tem alguma coisa a mais para acrescentar?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Bom, o que eu tenho é porque, assim, depois de tudo o que eu fiquei sabendo do que está acontecendo, eu fiquei com muita... Agora a minha dúvida aumentou se realmente foram colocados os quatro stents farmacológicos e fiquei, assim, eu acho que, como toda a população, revoltada com a situação, porque a gente passa por um estresse muito grande. O emocional da gente fica muito abalado. Então, eu quero agradecer a V.Exas. por esse trabalho que está sendo feito e pedir pra que realmente essas pessoas em quem a gente deposita tanta confiança... seja apurado e sejam realmente punidas para dar exemplo para que não venha a acontecer com tanta frequência, porque mexe muito com tudo. Não é a questão do dinheiro, que é muito difícil pra gente que é pobre conseguir, não, é com o emocional, com o amor que a gente tem pelo ser humano e que parece que eles não têm. É só isso, por enquanto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu vou só perguntar para a senhora, é até uma pergunta coletiva: como é o nome do marido da senhora mesmo?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Do meu companheiro, marido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - É.

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Antônio Carlos Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ele que foi submetido à cirurgia?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Ele foi submetido à cirurgia cardíaca de peito aberto em 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu pergunto a senhora: será que a família autoriza se a gente arrumar um procedimento para que ele verificasse se esses stents estão lá ou não, se estão implantados ou não?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Olha, como é um procedimento muito invasivo, eu, como esposa, autorizo, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não, ninguém... Nós vamos discutir com um profissional da área para ver como nós podemos rastrear, se há ou não.

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Se ele aceitar, eu autorizo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Nós vamos entrar em contato depois com a senhora.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Onde foi a cirurgia?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Na Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E o recibo? A senhora pegou o recibo?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Não, eles não me deram recibo. Falaram que o recibo só passariam para mim depois que eu pagasse os outros 10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nem nota fiscal, nada?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Em dinheiro vivo e com a secretária do médico?



A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Foi em dinheiro vivo?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Ah, sim, foi vivo, em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Para quem entregou?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Para a secretária, a Eleusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eleusa? Dentro do hospital?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Dentro do hospital, dentro da hemodinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Trinta mil reais eu paguei e fiquei devendo 10 mil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Tudo em dinheiro vivo?

A SRA. MARIA ELCY ALVES DA SILVA - Todo em dinheiro vivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bom. Alguma outra pergunta? *(Pausa.)* Não. Então a gente dispensa a senhora, agradece à senhora. Meu muito obrigado.

E chamo aqui o Sr. José Cabral dos Santos. Encontra-se o Sr. José Cabral dos Santos? Parece-me que ele estava em outra cidade, em outro Estado, mas ele ia fazer um esforço para estar presente aqui. Ah, está aqui! Ele estava em Formosa, Minas Gerais, localizada a 520 quilômetros da cidade de Montes Claros, disse que ia fazer um esforço, mas não confirmou a presença. Então nós dispensamos o Sr. José Cabral.

Queremos chamar a Sra. Eliana Alves Ferreira Veloso, testemunha na Operação Desiderato. A Sra. Eliana se encontra? *(Pausa.)*

Por favor, D. Eliana, assome à tribuna desta Casa. D. Eliana está com uma pequena lesão no pé. Não é prótese não, né, D. Eliana? Não é prótese no pé, não, né? Quase. *(Riso.)*

Sra. Eliana Alves Ferreira Veloso, a mesma situação que eu coloquei para a Sra. Maria Elcy: a senhora depois preenche esse papel aí para qualificar a senhora, ou seja, para dizer o nome, o que faz, endereço, tudo, e a senhora entrega ao final aqui na Comissão.



Eu gostaria de pedir que a senhora fosse bastante sucinta. A senhora sabe o objetivo da CPI, a senhora acompanhou desde a manhã de hoje, e a gente gostaria que a senhora contasse o caso da família da senhora.

A SRA. ELIANA ALVES FERREIRA VELOSO - Boa tarde, senhores. Em 2011, eu descobri que eu tinha um mioma uterino. Depois de passar por vários médicos aqui de Montes Claros, em 2013, eu descobri a embolização de artéria uterina. Foi-me indicado por um dos ginecologistas — eu vou estar resumindo, porque a história é muito longa —, foi indicado por um dos ginecologistas com quem eu fazia o tratamento estar fazendo essa embolização de artéria uterina porque, como eu ainda não tenho filhos e tenho o sonho de ser mãe... E a cirurgia era uma cirurgia menos invasiva. Foi quando um dos ginecologistas falou comigo que, na Santa Casa, na Hemodinâmica, realizava-se esse tipo de cirurgia. Eu ia pra fora pra estar realizando essa cirurgia, pra Belo Horizonte, São Paulo, mas, quando me falaram que realizavam essa cirurgia aqui em Montes Claros, eu até então procurei pra saber mais informações. Foi quando a secretária dos médicos me recebeu, muito atenciosa, me explicou todo o processo da cirurgia, e foi quando eu me interessei. A minha cirurgia, ela foi feita pelo plano de saúde. Até então, como eu tinha feito o plano de saúde, eu tinha colocado que eu tinha esse problema, que eu tinha esse mioma, aí o plano tinha um tempo de carência. A Eleusa marcou uma consulta comigo com o Dr. Zandonai Miranda. Ele explicou pra mim todo o processo da cirurgia e falou comigo que a mais indicada pra mim era a embolização de artéria uterina. É uma cirurgia simples que fazia um furo acima da virilha, passava um cateter na veia femoral, para chegar até o útero, para entupir as veinhas que irrigavam o mioma uterino. Com isso, o mioma ia morrer, e meu problema ia ser sanado. Eu perguntei — como tinha um processo de tempo, que o plano estava demorando a aprovar — para ele qual era o valor particular. Eles demoraram mais ou menos 1 semana para poder passar o valor. Foi quando a Eleusa me ligou e falou comigo que a cirurgia ficava em torno de 15 mil reais. Eu não tinha condições de fazer, mas, se o plano não aprovasse, a gente ia vender até a própria casa para poder realizar essa cirurgia, porque o problema estava me atrapalhando. Eu estava começando a minha carreira como professora e estava muito prejudicada, porque sentia muitas cólicas. Aí, então, o plano aprovou, no mês de janeiro, a cirurgia. O



médico passou o orçamento do material. Somente o material da cirurgia ficou em torno de 30 mil reais e 400. Aí, então, o plano me ligou pedindo para conversar com o médico para ver se não tinha como ele fazer com outro material. Aí o médico foi muito irredutível, assim, falou que não, que só realizaria a cirurgia com o material indicado, que foi o material que ele indicou. Só fazia se fosse com aquele material. Aí, então, graças a Deus, o plano aprovou. No mês de março, no dia 18 de março, então, eu fui realizar a cirurgia, 18 de março de 2014. Realizei a cirurgia, só que não foi o Sr. Zandonai que realizou essa cirurgia. Ele falou que estava em Belo Horizonte, que estava num congresso, num estudo, e não podia realizar a minha cirurgia. Só que, em fevereiro de 2014, quando eu fui lá, ele estava lá. Aí ele falou comigo: *“Olha, eu vou pedir a outro médico para realizar a sua cirurgia, mas ele é tão bom quanto eu.”* Aí, na semana em que ficou tudo certo para eu realizar a cirurgia, o Gerson me ligou. A Eleusa ligou para mim falando que o Gerson queria conversar comigo; aí me explicou o procedimento da cirurgia. Nesse caso aí, marcou para o outro dia. No próximo dia, eu fui realizar a cirurgia. Fiz uma cirurgia sem risco cirúrgico. Pós-cirurgia, eu dei trombose nas duas pernas; fui para o CTI; fiquei 13 dias no CTI. No CTI, eu peguei uma infecção hospitalar. Da mais forte que tem em todo hospital, eu peguei a multirresistente. Depois, fui para o quarto; fiquei mais 14 dias no quarto; e, depois, tive uma hemorragia; voltei para o CTI já em coma; fiquei 8 dias em coma. Aí, nesses 8 dias, eles chamaram o Dr. Gerson, e todos os outros médicos que acompanharam a minha família. Eles chamaram a minha família e falaram: *“Olha, se ela sobreviver, ela vai perder a perna, porque a gente está tentando combater a bactéria, porque ela perdeu metade do corpo dela.”* Aí, nesse processo, eu fiz angioplastia, embolectomia, fiz várias cirurgias nas pernas, porque, até então, corria o risco de perder as duas pernas. Aí, depois desse período, fiquei 117 dias — acordei do coma depois de 8 dias — no Hospital Santa Casa. Com isso, eu fiquei muito prejudicada. Hoje, não tenho a femoral da perna esquerda nem a safena, porque foram tentar fazer um desvio para salvar a minha perna, e não tenho... Fiquei com invalidez; perdi o tendão do pé; e, assim, minha vida toda ficou prejudicada. Fizeram vários exames para descobrir a causa da trombose — não foi descoberta —, e eu pesquisei muito antes de fazer essa cirurgia. Era uma cirurgia muito invasiva e nunca tinha acontecido isso no mundo! Nunca tinha dado trombose



numa pessoa que iria realizar embolização de artéria uterina. Então, assim, quando eu fui fazer um atendimento com o Zandonai, o Zandonai falou assim: *“Não, essa é a mais bem indicada para você”*. E, pouco tempo depois que surgiu a reportagem, a gente foi olhar nos exames e descobriu que eles colocaram um stent na minha perna. Só que no exame consta que eles colocaram três stents. Eu vou fazer um exame para comprovar agora se realmente eu tenho esses três stents, ou se realmente eu tenho um como eles falaram. Então, assim, eles falaram comigo que colocaram um stent na minha perna, mas só depois que eu perguntei. Eu perguntei para eles: *“Eu vou ter que tomar remédio para o resto da minha vida?”* Aí eles falaram: *“Sim, você vai ter que tomar remédio para o resto da sua vida, porque eu coloquei um stent na sua perna.”* Então, assim, está sendo investigado ainda. Eu vou investigar se realmente eu tenho um ou se eu tenho três stents, como eles relataram no exame, depois de todo o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora tem mais alguma coisa a acrescentar?

A SRA. ELIANA ALVES FERREIRA VELOSO - Assim, é muito triste, porque a gente procura esses profissionais confiando na capacidade deles. Meu sonho era ser médica para poder estar salvando vidas e não matando vidas como eles estão fazendo, e assim, tendo vantagem em cima do sofrimento dos outros, né? Levando vantagem em cima do sofrimento das pessoas. Então, é muito triste, porque a minha vida toda ficou prejudicada. Hoje eu tinha um sonho de lecionar, de ser professora infantil, educação infantil, não posso mais, porque não consigo mais ficar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bom. Eu acredito que o relato dela realmente deva ter chocado a todos nós. Eu sou médico ginecologista e obstetra e o procedimento pelo qual ela passou é raro, raríssimo.

Eu sou médico e me especializei numa das melhores escolas de medicina do País, que é a USP de Ribeirão Preto, e aqui nós temos mais médicos na mesa. Eu estava dizendo aqui para o colega que é novo, recém-formado em Medicina, que esse procedimento é feito nos Estados Unidos e é experimental. Além disso, ela foi vítima de erro médico — um erro na própria cirurgia —, além de toda essa situação que nos reporta aqui. É muito triste. Eu acho que tanto eu, como todos os colegas, estamos estarecidos com o seu relato.



Eu quero agradecer à senhora. E a senhora fique à vontade.

Quero chamar a Sra. Walquíria Souza Lima para que possa falar sobre o caso.

O que aconteceu foi com a senhora ou com algum familiar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ah, você trabalha no hospital. Logo depois, eu vou submeter aqui à Mesa...

Está aqui o Sr. Moisés Ferreira de Oliva. O Sr. Moisés quer dar um depoimento, só que nós não votamos o requerimento. Como há jurisprudência nesse sentido, no caso da CPI da PETROBRAS — o nosso próprio Presidente retomou por livre e espontânea decisão pessoal, vontade pessoal, ele foi lá e fez o seu depoimento —, nós vamos ter a mesma prática, porque se criou uma jurisprudência.

Então, nós vamos também ouvir o Sr. Moisés, depois da Sra. Walquíria Souza Lima. Vamos ouvir o Sr. Moisés Ferreira de Oliva, que se encontra aqui na plateia. Ele foi submetido a cinco cirurgias cardíacas, e eu gostaria que os demais membros da Comissão pudessem ouvi-lo.

Então, passo imediatamente a palavra à Sra. Walquíria. Pelo que nós lemos aqui, a Sra. Walquíria trabalha no Hospital Dilson Godinho e era quem controlava os estoques de stents. A leitura de seu depoimento é que motivou o meu questionamento ao Sr. Dilson Godinho: se existiam estoques paralelos de stents lá dos médicos, se existiam estoques do SUS e estoques dos médicos. No depoimento da Sra. Walquíria, há essa afirmação, a qual o diretor do hospital negou aqui e disse desconhecer. Também consta a relação da equipe médica de então, do Hospital Dilson Godinho com as empresas Biotronik e com a empresa Signus.

Eu gostaria que a senhora fizesse o juramento.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Boa tarde, senhores. Faço... Estou um pouco sem voz, mas... Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora tem também o tempo que for suficiente para fazer o relato acerca dessa situação.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Do que eu vivenciei?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Do que a senhora presenciou, do que a senhora vivenciou,...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. Como eu já disse,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...e o que a senhora tem a contribuir com esta Comissão.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. O que já disse para o Delegado, Dr. Marcelo Freitas, e para o Procurador, nos meus depoimentos, em alguns momentos, durante o procedimento, eu, como controlava os stents, alguns stents que foram pedidos pelos médicos não eram implantados, e isso não foi levado para eles, e eles respondiam que era para substituir, quando necessário demais e o SUS não pagava. Isso acontece muito. Por exemplo, só para eu ser mais clara para quem não entende: uma angioplastia primária só paga um stent, às vezes, é necessário até três. O médico não vai colocar um stent, deixando o restante da lesão descoberta por falta do pagamento do SUS, e acaba isso acumulando uma dívida para o hospital. Aí ele dizia: *“Nós vamos deixar esse de reserva, para cobrir, quando necessário for, para um próximo paciente.”* Em algum momento, eu observei que aquilo não tinha maldade, porque estava — eu até brincava com algum colega meu que seria uma operação Robin Hood — estava tirando de um, mas para acobertar a ausência do outro paciente. Sim. Aí, foi uma, duas vezes, e aquilo, às vezes, foi acontecendo um pouco mais. Em uma conversa com o meu superintendente, na época o meu gerente — eu esclareci para ele algumas questões que ele me questionou sobre o setor —, como ele confiava a mim toda a responsabilidade do setor, eu disse a ele: *“Está acontecendo algo que não vejo como correto.”* Aí ele falou comigo que eu não aceitasse, independente do que fosse para fazer com o destino desses stents, mesmo que fosse para beneficiar outros casos de outros pacientes, que eu não aceitasse, que não era legal, que a gente estava contribuindo para fraudar documentos, e que isso não era, ele não aceitava isso na instituição, e que eu não fosse conivente. Eu não me lembro, na época, isso deve ter uns 4 anos, que foi um pouco antes deles saírem, de que maneira isso foi passado para frente. Eu só disse para eles, eu não me lembro se foi o Dr. Zandonai, o Dr. Vagner, que isso já tinha chegado para direção, e que a gente não ia praticar isso. Eu não... Não ia ser feito mais. E acabou que então, logo após, não sei se foi pela diretoria, eles



saíram do hospital, e esses stents, alguns, como eu disse ao delegado, ficaram. Eu colocava eles separados. Toda a equipe sabia disso, não era só eu, todos os técnicos, os enfermeiros que lá trabalhavam sabiam de onde eram e para que eram esses stents. Eles só ficavam separados do estoque consignado, para não misturar os mesmos, e a gente identificava eles como nosso. E esses stents ficaram lá, alguns foram usados como terceiro, eu não me lembro de números, como eu disse para o Delegado, eu creio que uns dez, não foi muito mais do que isso, se foi, foi aproximado. O tempo em que isso aconteceu foi pouco, até que parassem, entendeu? Esse destino, uns venceram, uns foram colocados em pacientes, como eu disse, e alguns venceram e foram descartados pela própria enfermeira, para não ocorrer problemas para o hospital com prótese vencida dentro da instituição. Acho que eu não tenho mais é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora não tem mais nada a acrescentar?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Que eu me lembre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E a questão dos laudos? O laudo que ia para o SUS e a outra versão, um laudo diferente...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. Sim. Eu disse isso também ao delegado, eles faziam dois laudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Um laudo interno e um laudo para ir ao SUS.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Isso. O laudo que eles davam para a gente, eu e a outra secretária. Normalmente quem fazia os laudos era a secretária, a outra, mas todos sabiam disso. Eles davam o laudo correto para o paciente, o de não implanteamento (*sic*) do stent, e um laudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Explique para os colegas, principalmente para os colegas que não são médicos, como é um laudo correto para os pacientes e um laudo incorreto...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - O laudo correto ao paciente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ou, para usar um linguajar jurídico que eu ouvi aqui hoje, um laudo maximizado, um laudo com muito mais informações ou hipertrofiado, e outras informações que não são verídicas.



A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. Quando isso ocorreu, eu observei que eles faziam dois laudos, um que era anexado na papeleta onde ele colocava a implantação do stent. Normalmente, quando se pediam dois, e só colocaria um. E o laudo correto, que eu digo, ele entregava ao paciente, o que era aqui armazenado, que não foi implantado o stent. O paciente saía com o laudo sabendo que não teve sucesso no procedimento ou que foi abortado o implante do stent. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Mais alguma coisa a declarar?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Que eu me lembre, não, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Alguma pergunta?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Quando o Sr. Presidente do hospital onde eu trabalho disse não saber disso, eu creio que não sabia mesmo. Eu só deporrei *(sic)* isso ao meu gerente, que é o superintendente atual, o César. Eu fiz o que ele me mandou e, depois, ele me procurou e disse: *"Walquíria, está tudo bem lá? Não temos mais problemas?"* Eu falei: *"Está tudo bem."* Como disse, logo em seguida também, esses médicos saíram do corpo clínico.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você ainda continua lá no hospital?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim, no mesmo setor.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Apesar de ter resolvido o problema, teoricamente, o crime aconteceu, o fato aconteceu. Foi tomada alguma providência, dentro do setor, visto que a mesma pessoa continua no comando, no sentido de punição e de averiguação dessa situação oficial?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - O senhor diz na conduta do uso de stents?

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Sim, e dessa documentação também, do encaminhamento de uma documentação...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, no momento, como todos os hospitais, estamos passando isso para uma farmácia satélite...

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Não.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - ...que vai ter todo o controle mais adequado.



O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - A minha pergunta é: como houve o fato, e você comunicou o fato ao superior, deveria ter sido feito um procedimento investigatório de punição.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Se isso foi feito à época...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Não foi feito.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Ele só me perguntou, após — não me lembro quanto tempo — dias ou mês, se tinham resolvido aquela questão que eu tinha relatado para ele, se tinha acontecido mais. Eu falei com ele que não, que estava tudo certo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quantos cardiologistas tem lá?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Quantos cardiologistas? Eu creio que corpo clínico, em torno de uns dez; hemodinamicista hoje são dois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Oi?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Esse Robin Hood de que você falou?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, o que eu digo...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você falou da questão do stent Robin Hood. Os dois praticavam isso?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, eles justificavam para mim que aquilo... Como eu achava até que, se fosse para beneficiá-los, eles iam tentar levar ou, então, jogar no lixo, no momento, só me passar a embalagem... Mas eu falei: *“Mas não implantou e baixou no paciente?”* Ele falou que era para a gente acobertar aqueles casos, que quando precisasse e necessário fossem, de três ou mais. E isso aconteceu.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual o nome dos dois?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Só que... Não, na época, era o Dr. Vagner, o Dr. Gerson Miranda e o Dr. Zandonai Miranda. Eram os três médicos que trabalhavam lá. Só que eles saíram em seguida.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Em algum momento posterior a isso, visto que deixaram de fazer essa benfeitoria — que não é benfeitoria, não —,



aconteceu algum caso de uma pessoa ter necessidade disso que o SUS não cobria, e os médicos não fazer mais, porque não tinha?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Como foi feito? Como se resolveram os demais casos que não poderiam ter?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Já aconteceu até de a gente conseguir doações das empresas. Isso já aconteceu de eles fazerem relatório para mim, pedindo doações. Já conseguimos doações de stent farmacológico para ser implantado em pacientes.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - E, no caso da necessidade, não tendo a cobertura, já chegou o caso de uma pessoa ter...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Eu preciso formular a pergunta: chegou algum caso de haver necessidade da implantação e a pessoa não ter dinheiro, e a cirurgia não ter sido realizada porque ela não tinha dinheiro?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não. Nós atendemos o SUS.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Mas e se o SUS não tem o stent — só um —, e aí?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, eu dei um exemplo num infarto primário. Infarto primário...

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Eu uso como exemplo também.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim, um exemplo do infarto primário. Às vezes, a lesão é maior do que o maior stent.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - E a moça que deu o depoimento de que precisou dar 30 mil reais?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, eu não entendi. Os 30 mil reais, pelo que eu entendi, foi do stent farmacológico que cobraram dela, né?

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Nós não estamos fazendo específico de uma área. Nós estamos fazendo uma análise com uma cobertura geral.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. Quando é necessário mais stents do que o ato, naquele momento, ele salva o que está enfartado. Se é necessário mais um ou dois stents, faz-se uma AIH subsequente, ou outra cirurgia programada.



Mas eu digo, no infarto primário, é aquela em que a lesão chega infartada fechada. Às vezes, um stent não dá para abrir. Isso já aconteceu.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - E aí?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Aí é necessário colocar duas próteses, e o SUS não paga a segunda no infarto primário.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - E, quando não pagou, o que aconteceu com essas pessoas?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Oi?

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Depois que não houve mais essa benfeitoria? Exatamente onde eu queria chegar.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, a gente... Hoje a gente faz uma AIH subsequente — já levei isso para a Comissão —, faz uma AIH subsequente e prova o uso do segundo stent.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Hoje?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Hoje é liberado isso pela Secretaria. Esse foi passado para eles. Fotografa, liga para o auditor, a gente explica por que teve que usar o segundo stent. Eles abrem hoje, fazem um... Cobram uma AIH primária do primeiro stent e uma AIH subsequente dentro da mesma internação, para dar cobertura da segunda cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Walquíria, quando houve a irregularidade que você diagnosticou — a irregularidade do seu almoxarifado —, você comunicou à sua direção. Certo?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Quando você fez o diagnóstico, descobriu que há um paralelo...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Que aconteceram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Um laudo paralelo e um depósito paralelo de stents, você comunicou à sua direção?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim. Ao meu superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Houve alguma punição? Houve alguma coisa por parte da direção contra esses médicos que estavam agindo dessa maneira?



A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Olha, que eu tenha conhecimento, não. Só que, logo após alguns meses, eu não lembro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Olha só, no seu depoimento, você contradiz o que está dizendo. No seu depoimento que você fez à Polícia Federal...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - No dia 26 de fevereiro deste ano, você relata que levou ao conhecimento da sua direção, e a equipe mencionada acima foi dispensada pelo Presidente Dilson Godinho.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não. Pode ser que tenham me interpretado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Quem está falando a verdade? É a Walquíria aí, ou a Walquíria aqui está falando a verdade?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não. É a Walquíria aqui. Eu disse que ele perguntou para mim se foi por esse motivo que a equipe foi dispensada pelo Dr. Dilson. Eu disse: eu não sei se o Dr. Dilson teve conhecimento desse fato, mas creio que pode ter sido a junção disso que levou ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Não, eu estou dizendo o seguinte...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, eu não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Você falou que não houve nenhuma punição aos médicos, que não houve punição.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, no meu conhecimento disso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - No depoimento da Polícia Federal, você falou aquilo. Está aqui a cópia do seu depoimento à Polícia Federal.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - É... Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Depois que você tomou conhecimento, comunicou ao seu diretor — tomou conhecimento de determinadas irregularidades — e a equipe mencionada acima foi dispensada pelo Presidente Dilson Godinho.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Olha, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Declaração da Polícia Federal feita por você.



A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Sim, talvez eu não tenha... Ou tenham me interpretado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Ou você mentiu na Polícia Federal ou está mentindo aqui?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Olha, senhores, eu estou falando a verdade. Eu não sei se foi por esse motivo que eu disse... Foi logo em seguida, eu disse para o meu superintendente César, eu não comuniquei isso ao Presidente. Eu não tenho... Eu passo para o meu gerente. Ele que passa para o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Minha filha, olha só. Eu estou lendo o que você falou para a Polícia Federal: *“Assim que a diretoria do hospital”* — você falou para a Polícia Federal no dia 26 de fevereiro de 2015 —, *“assim que a diretoria do hospital tomou conhecimento de determinadas irregularidades, a equipe mencionada acima foi dispensada pelo Presidente Dilson Godinho.”*

Ou você está mentindo aqui ou você mentiu para a Polícia Federal.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Olha, o delegado me perguntou isso. Eu respondi que eu não tinha... Pode ser por esse motivo que eles tenham saído, eu não tenho certeza. Eu não tenho essas conversas com a direção do hospital. Talvez, pela forma que eu fui coagida, eu não sei de que forma eu possa... Eu falei isso: *“Eu não tenho certeza, eu creio que pode ter sido por isso.”* Eu não tenho esse tipo... A direção do hospital nunca me chamou para perguntar tais fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Quem a coagiu?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, eu digo assim, talvez no momento, eu fiquei apavorada. Eu falei: *“Na hora você assina, nem lê direito o que está assinando.”* Mas eu creio que pode ter sido um dos motivos que levaram à dispensa dos médicos. Mas eu nunca participei de reunião, a diretoria também nunca me perguntou a respeito disso, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - Em seguida, você diz o seguinte: que atualmente outra equipe compõe o setor de hemodinâmica do hospital.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - É, quando eles saíram, a convite do Dr. Dilson, outra equipe substituiu, a convite do Dr. Dilson, para trabalhar no hospital, substituindo os mesmos.



O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Você recebeu algum tipo de punição, posteriormente, ao informar ao seu superior sobre a prática que estava acontecendo em relação aos stents?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Nada oficial?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Aconteceu durante esse período... Logo após, quem fazia o controle sobre o que seria doação e necessidade ou não, visto que não eram legalizados nos documentos apresentados para justificar a utilização desses materiais? Quem fazia esses controles? Eram somente os médicos?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Somente os médicos.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Em algum momento, após essa informação, e principalmente após estourar, você sofreu qualquer tipo de coação, constrangimento por parte de algum dos envolvidos dos hospitais? Alguma pessoa a procurou ou a fez não falar a verdade ou a se contradizer em algum momento?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Ninguém, nem telefonema, nada?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Ninguém nunca conversou comigo sobre isso. A própria direção nunca soube, só soube depois que eu fui depor na polícia, a pedido do próprio delegado. Eu não passei isso para ninguém da direção. Só depois que todo mundo ficou sabendo o que estava acontecendo, me perguntaram. Eu falei que eu fui depor e contei o que eu ouvi, o que eu presenciei daqueles médicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. João) - O Deputado Adelmo quer perguntar.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Boa tarde, Walquíria.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Boa tarde.



O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu queria entender melhor o procedimento de implantar ou não o stent. Se se deixar de implantar um stent, ele fica à disposição de quem? Onde ele ficava armazenado?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eles, às vezes, pediam um código que dá direito ao implante de dois stents e não implantavam o segundo. Aí, esse segundo eles baixavam no laudo e colocavam à disposição da sala. Só que eu identificava — eu, a outra funcionária, quem quer que fosse, que estivesse — para não misturar com o estoque consignado, porque aquele stent já teria sido usado e baixado. E esse estoque, como eu falei, ele era usado...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você fazia um estoque caixa dois, paralelo?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Mas ficava dentro da sala.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Continuava no hospital?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Só identificava a caixa para não confundir com o material consignado.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Continuava no hospital. A direção do hospital tinha consciência disso?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - E como esse material era utilizado num segundo momento?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Quando havia necessidade, como eu falei, eles usavam desse estoque. Os próprios funcionários já sabiam. Quando eles pediam, quero um material, quando havia necessidade, uma dissecação ou ocorria o uso de um terceiro stent, eles pegavam desse estoque.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Ele tinha que custo para o SUS nesse segundo implante, e qual o custo eventual para o paciente?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Ele não tinha nenhum custo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Todos eram para os pacientes e para o SUS?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não tinha custo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Mas como ele seria implantado?



A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Oi?

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Como ele era implantado sem custo para o SUS?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, ele não tinha custo. Ele era implantado quando havia necessidade de um terceiro. Isso eu creio — eu não me lembro de quantas —, mas umas três ou quatro vezes isso aconteceu. Como eu disse para o delegado, não foram mais do que dez.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Mais faltavam ou sobravam stents nessa condição de uso paralelo?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Mais sobravam ou mais faltavam? Ou seja, para fazer essa segunda operação...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Mais sobravam.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - E como ficava a situação daqueles que faltavam?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eu creio que ficaram uns quatro ou...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quando faltavam, tinha que fazer uma segunda cirurgia para conseguir a segunda AIH. Era uma segunda cirurgia?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Segunda cirurgia.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Poderia ser feita toda a atividade, toda a intervenção numa única cirurgia, numa única AIH?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - É, mas a norma do SUS é não colocar mais do que duas próteses. Se necessário for, eles tratam o que é principal, e a segunda cirurgia é para tratar o ramo secundário.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - A equipe médica ou o médico não poderia eventualmente, numa primeira cirurgia, constatando a necessidade de implante de um segundo ou terceiro stent, fazer um relatório e colocar isso como condição necessária para o tratamento do infarto de primeira...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Talvez sim, senhor, mas isso cairia... Isso já é outra questão. Ia ter que levar para o conhecimento da direção, para cobrança fora do que é o normal do que o SUS paga.



O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Diante disso, um relatório, uma análise não poderia garantir a implantação e o pagamento do segundo ou terceiro stent?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Talvez sim. Hoje a gente já tem outra prática. Devido à necessidade de isso ser muito, a gente já tem outra prática. Com a comissão, foi levado isso para a Secretária de Saúde, e eles já autorizam uma AIH subsequente para o mesmo ato cirúrgico. Isso já acontece, eu creio, há uns 2 anos.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - A AIH é para cobrir o preço do stent ou a atividade cirúrgica no conjunto?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - A atividade toda cirúrgica.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você tem noção de quanto vale o stent, de quanto custa, do ponto de vista...

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Dois mil trinta e quatro e cinquenta.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - De fábrica, do comércio?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Que o SUS paga.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O SUS paga. Mas por quanto é adquirido pelo hospital ou pelo médico?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não tenho...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Você não tem noção?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Porque esse material fica consignado. Aí, quando é usado, é emitida uma nota para o SUS pagar 2.034,50.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - E o SUS paga o hospital ou a empresa consignadora?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Quem paga é a Prefeitura. Isso vai para uma câmara de cessão de crédito. Não é o hospital que paga. Noventa por cento dos nossos procedimentos lá são pelo SUS.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dona Walquíria, a senhora trabalha ainda hoje no hospital?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Trabalho, e espero por muito mais tempo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora assistiu ao depoimento do diretor do hospital, Sr. Dilson Godinho?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Cheguei na hora. Eu trabalhei até 1h40 min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A senhora viu que ele negou que existiam esses estoques paralelos? Ele não comparece ao almoxarifado, ele não faz visita ao almoxarifado?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Não, o diretor não tem... Ele tem as pessoas a quem ele delega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Qual é a formação da senhora?

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eu tenho curso de assistente administrativa, de administração hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Porque parece que a senhora domina bastante a área de cardiologia.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eu tenho 21 anos de trabalho lá. Então, a gente acaba vivenciando tanto que acaba decorando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conhece até termos muitas vezes técnicos usados somente por médicos.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então está bom. A gente agradece a presença da senhora, e está dispensada.

A SRA. WALQUÍRIA SOUZA LIMA - Eu é que agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conforme decisão da Comissão, nós vamos ouvir o Sr. Moisés Ferreira de Oliva, que comparece aqui voluntariamente para fazer o seu depoimento. Eu não sei se já foi ouvido na Polícia Federal, mas ele compareceu e quer dar a contribuição. Então, nós queremos ouvi-lo, ouvir a sua história. Sr. Moisés já foi aqui qualificado pela presteza e agilidade do Secretário Tarciso. Então, vamos ouvir logo o Sr. Moisés.

Sr. Moisés, eu queria que o senhor relatasse a situação do senhor, os problemas cardíacos que enfrentou e por que — o senhor está acompanhando



desde a manhã de hoje — essa decisão de prestar esse depoimento de forma voluntária.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Moisés. Sou natural aqui de Montes Claros mesmo. Aconteceu comigo que, em 2001 — eu vou ser breve, porque eu sei que o tempo dos senhores também é corrido —, eu tive um problema cardíaco. Em 2002, eu estive com esse Dr. Gerson Miranda. Eu passei mal, eles me internaram. Aí disse que eu tinha que colocar dois na época. Mas na cirurgia a Santa Casa só pagava um de cada vez. Eu tinha que fazer um e, depois de 1 semana, fazer outro. Ou, então, que eu pagasse, na época, mil reais para poder fazer os dois juntos. Minha família não queria que eu fizesse duas cirurgias numa semana. Na época, eles reuniram todo mundo e pagaram esses mil reais à Ordália, que era a secretária do Dr. Gerson Miranda. Nós pagamos em espécie, num envelope. O dinheiro foi colocado num envelope e foi pago lá. Passado esse tempo... Na Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Na Santa Casa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Na Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, ele trabalhava no Hospital Dilson Godinho e trabalhava na Santa Casa?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Não, todo o meu procedimento foi feito na Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k. E como se chama a secretária que o senhor falou?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Ordália.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ordália. O senhor tem o sobrenome dela?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Conhecia de nome, inclusive ela foi minha vizinha muito tempo onde eu morava aqui em Montes Claros. Tinha certa intimidade com ela na época. Nós pagamos para ela em espécie. E foi feito. Aí depois passou isso, deu *(ininteligível)*. Aí eu fui encaminhado pra Belo Horizonte, fiz quatro pontes de safena. Aí passou agora. Quando foi no ano passado, eu estava trabalhando, passei mal no trabalho. Aí cheguei com quadro de pressão alta. O



SAMU me pegou, me levou para o hospital aqui em Montes Claros, na Santa Casa. Aí eles pegaram, me examinaram e disseram: “Ó, *você vai ficar internado aí hoje, nós vamos precisar fazer um cateterismo com você*”. Fez o cateterismo, Dr. Vagner fez o cateterismo — isso, em fevereiro do ano passado. Aí ele fez o cateterismo. Aí depois o médico falou comigo: “*Olha, você vai ter que colocar dois stents, tem duas artérias entupidas, com 90% e 70% cada uma. E esses stents, para colocar, tem que ser (ininteligível). O SUS não fornece, e você tem que ir lá na hemodinâmica para saber quanto que é esse procedimento*”. Eu nem sabia que isso existia, esse farmacológico. Aí fui com a minha esposa lá na hemodinâmica. Eles falou: “*Olha, fica na faixa de 29 mil reais esses stents pra colocar*”. Como eu não tinha condições de pagar, eu já estava internado, aí minha esposa foi na Defensoria Pública, e a Defensora Pública Doutora... Me esqueci do nome dela agora. *(Pausa.)* Dra. Maurina! Ela entrou com um processo na Santa Casa, na Justiça, para que fosse feita a cirurgia com stent farmacológico. Nesse espaço de tempo, eu fiquei 31 dias na Santa Casa internado, esperando que o juiz liberasse, a Justiça liberasse para colocar esse stent em mim. Bom, nesses 31 dias que eu fiquei, lógico, impaciente, porque diabético, paciente que é hipertenso, safenado, angioplastado, com *(ininteligível)* já bastante severa, eu fiquei esse tempo todo esperando. Aí, quando saiu, da Justiça, quando teve a determinação, a Santa Casa no outro dia mesmo me operou. Eles me operaram num dia; no outro dia, eu fui liberado do hospital. Agora, vejam vocês aqui da Comissão, a minha situação. Eu pedi até ao Relator que eu pudesse falar, porque, por ser em nossa cidade, aconteceu... Vários amigos meus que estavam lá no meu bloco, lá na Casa *(ininteligível)*, com a mesma situação minha, aguardando, uns pagaram, porque tinham condições de pagar, não é? Era uma época de carnaval. Um pagou pra sair logo, pra pegar o feriado e tudo. Eu não tinha condições de arrumar essa quantia e fiquei lá. Agora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Vinte e nove mil reais. Foi informado para nós lá. É, e eu não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Quanto?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Vinte e nove mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vinte e nove mil reais?



O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - É, foi informado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Em que ano e mês?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - O ano passado, em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Fevereiro de 2014?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Pra colocar... Isso, no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Na época do carnaval?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Isso. Aí, o que aconteceu? E ele falou comigo: *“Ó, nós não podemos te dar alta, devido ao seu quadro”*. Eu falei: *“Bom, se não pode dar alta, eu tenho que ficar aqui internado”*. Aí você imagina: você, numa ala de enfermagem num hospital, com todo o... médico de férias, enfermeiro de férias, como é que o hospital estava! O que é que aconteceu? Aí, depois que eu vi a reportagem, que vi que saiu, que a polícia resolveu isso aí, eu que estava, até ontem, seguro do meu quadro, devido ao meu passado cardiológico, eu pergunto para esta Comissão: realmente... Ah, outra coisa que eu queria colocar antes disso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não, mas o senhor fez o procedimento? Eles fizeram o procedimento?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Está aqui, está aqui. O documento está aqui, da cirurgia. Está aqui, eu trouxe, está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ah, certo!

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - O que foi feito, não é? Está aqui o relatório do médico, está aqui. Agora veja o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu não entendi. O senhor pagou os 29 mil reais?

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ou depois que...

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Não, eu não paguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ou saiu a decisão judicial e o senhor...

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Eu fiquei internado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Até sair a decisão judicial.



O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Até sair a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) – E depois da decisão judicial, o senhor foi operado pelo SUS...

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... sem pagar qualquer tipo de propina aos médicos.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Não, não. Exatamente isso mesmo que o senhor falou. Agora, veja bem o senhor, assim como eu, vários colegas meus que estavam lá, várias pessoas que na mesma situação minha se encontram hoje... Até ontem, eu estava seguro do meu, não é? Estou bem, coloquei. Agora, veja bem, eles, essa equipe — que o Dr. Vagner fez o cateterismo, e o Dr. Gerson fez a angioplastia em mim no ano passado —, eles realmente colocaram esses dois stents farmacológicos em mim? Havia necessidade de eu colocar os dois? Colocou só um? Colocou dois do SUS? Ou não colocou nenhum?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Não, o senhor se coloca no meu lugar. Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta é a dúvida. Esta dúvida é cruel. O senhor não sabe quantos stents o senhor tem.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - É. Agora, veja bem a minha situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Isso deve também estar acontecendo com quase todos aqueles que tiveram procedimentos...

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... realizados por essa equipe.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - É, exatamente. Agora, veja bem, eu tenho 38 anos de idade. Estou no auge da minha vida, graças a Deus! Apesar de que estou bem de saúde, entendeu, muito bem de saúde, graças a Deus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bastante corado, muito forte!



O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Agora, aí eu fico aqui à mercê de quê? Eu vou fazer um outro cateterismo. Eu já fiz cinco cateterismos, entendeu? Eu fiz quatro cirurgias cardíacas, fiz quatro pontes de safena e uma mamária. Eu vou fazer mais um stent, para ver se foi colocado ou não? Aí, se não foi colocado, eu vou ter que fazer mais outro para colocar de novo? Entrar na justiça de novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tudo bem, Sr. Moisés Ferreira de Oliva. A gente agradece a sua contribuição.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E vamos verificar de que forma nós podemos tirar a sua dúvida, que me parece cruel.

O SR. MOISÉS FERREIRA DE OLIVA - É isso que eu peço à Comissão, que a gente seja respondido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, o senhor está dispensado. A gente agradece a sua contribuição.

Eu gostaria de dar conhecimento aqui a Montes Claros, à Câmara de Vereadores e à Comissão Parlamentar de Inquérito de que havíamos convocado o Sr. Gustavo Oliveira de Albuquerque. Eu gostaria de perguntar se o Sr. Gustavo de Oliveira Albuquerque, médico cardiologista, está presente. *(Pausa.)* Não se encontra presente.

Nós temos aqui a Informação Policial nº 297/2015, assinada por dois agentes da Polícia Federal, comunicando que os agentes foram até a casa do Sr. Gustavo Oliveira de Albuquerque e que o mesmo se encontrava em viagem para Belo Horizonte, acompanhando a sua filha, que sofreu queimaduras e está hospitalizada naquela cidade. E também temos uma informação policial dos agentes da Polícia Federal que comunica que compareceram ao endereço do Dr. Vagner Ferreira, médico, convocado para prestar depoimentos.

Esses dois depoimentos deveriam ser reservados. Nós estabelecemos negociação com o Delegado Chefe da Polícia Federal, já que os dois médicos fizeram delação premiada. Logicamente, nós haveríamos de dar um tratamento para que eles pudessem fazer o depoimento reservado.

No entanto, na casa do Sr. Vagner Ferreira, disseram que o mesmo não se encontrava e orientaram que a convocação deveria ser encaminhada ao advogado



Ricardo Eurico Quaresma, OAB 67.973. O Sr. Ricardo Eurico Quaresma recebeu a notificação no dia de ontem. E como o Sr. Wagner... Encontra-se o Sr. Wagner? *(Pausa.)* Não se encontra o Sr. Wagner.

Nós estamos aqui tomando a decisão: nós estamos convocando — convocando — o Sr. Zandonai Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais; o Sr. Gerson Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais; o Sr. Gustavo Oliveira de Albuquerque, médico em Montes Claros, Minas Gerais; e o Sr. Wagner Ferreira, médico em Montes Claros, Minas Gerais; para audiência pública, para oitiva dos mesmos, no dia 25 de junho, na próxima quinta-feira, às 9h30min, em plenário a ser definido, no recinto da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar, esta Comissão gostaria de agradecer mais uma vez ao Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Marcos Nem, e a todos os Vereadores. Há Vereadores que estão aqui desde o início da manhã de hoje, mostrando o seu compromisso com a apuração dos fatos relacionados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradecemos também a todos os funcionários da Câmara Municipal de Montes Claros.

Agradecemos à Deputada Raquel Muniz e à sua assessoria pela forma bastante prestativa e bastante carinhosa com que nos recepcionaram aqui.

Não é praxe fazermos isto, mas, até por solicitação dos demais Deputados, nós gostaríamos de dar 5 minutos para o Presidente da Casa ou para um Vereador que possa representar a Casa, caso queira falar algo relacionado ao tema. *(Pausa.)*

O Presidente não se encontra. Então, o Presidente da Comissão de Saúde, o Vice — acredito que deva ser um dos maiores Vereadores do Brasil —, que possa fazer aqui uma fala, representando o conjunto dos Vereadores.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DIAS DE ANDRADE - Boa tarde a todos! Eu quero, de antemão, agradecer à Comissão, pela importância desta Comissão na nossa cidade para podermos de fato entender o que vem ocorrendo. Quero agradecer aos nobres pares que estão aqui até agora e, mais do que isso, colocar a Comissão de Saúde à disposição, porque a gente tem combatido todos os dias, todos os momentos, as dificuldades que têm acontecido em nossa região.



Coincidentemente, Montes Claros poderia estar passando a gestão plena para o Estado, mas isso não ocorreu. Na segunda-feira, nós faremos uma audiência pública nesse sentido, até mesmo porque o que V.Exas. vêm fazer aqui hoje é de fundamental importância: trazer a sociedade para participar, de fato, de perto, do que está acontecendo. E é por isso que nós vamos manter a reunião de segunda-feira. A gente não pode deixar a sociedade avulsa dos acontecimentos. A gente não pode permitir que a sociedade não esteja próxima do Parlamento, onde mais podem aparecer as suas necessidades, as suas condições difíceis.

Aproveito para dizer a todos os que estiveram aqui, aos depoentes, aos representantes dos hospitais, que esta Casa, através da sua Comissão de Saúde e de seus nobres pares — e agradeço ao Cláudio, que gentilmente cedeu essa parte —, nós estaremos prontos para ajudar a apurar os fatos.

E não esqueçam que a população não pode esquecer de permanecer próxima de seus representantes legais, para que a gente possa de fato levar isso ao conhecimento do Ministério Público, da Câmara dos Deputados, para que as coisas sejam apuradas. A população tem que lembrar que esta Casa também tem o papel de investigar, de ajudar a desvendar os mistérios que às vezes ocorrem não só na saúde, mas na segurança pública, na assistência social, tudo isso desprovido justamente de um projeto de lei — com o qual eu entro, Deputado, que é para o reconhecimento dos direitos humanos na grade curricular. Eu estou vendo cada vez mais a população longe dessa humanização que a gente busca. Cada vez eu me preocupo mais de, em pleno século XXI — e o colega Kojak estava aqui até agorinha mesmo —, a gente ter que falar de humanização. E quando a gente vê um fato como esse acontecer, a gente vê que de fato a humanização está longe. Infelizmente, o capitalismo tem imperado sobre as pessoas.

Eu me coloco à disposição para que possamos de fato, juntos, apurar todos os casos e fatos. Montes Claros se sente, sim, honrada pela presença de V.Exas., porque aqui é o palco, sim, de se iniciar e se findar qualquer irregularidade que exista não só na saúde, mas na população de Montes Claros.

Muito obrigado! Uma boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Fernandão.



Dou por encerrada a presente sessão. Convoco reunião interna da CPI para o próximo dia 23 de junho, lá na Secretaria da Comissão, às 9h30m da manhã, uma reunião interna da Comissão para que a gente possa discutir os encaminhamentos até o dia 17 de julho próximo vindouro.

Eu gostaria de mais uma vez agradecer. Agradeço a todos que vieram e que nos prestigiaram na manhã e na tarde de hoje. Um abraço! E agradeço à Deputada Raquel, mais uma vez, a contribuição e o delicioso almoço que ofertou à delegação que veio aqui hoje. Um abraço! Meu muito obrigado!